



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS – CESC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RONALD PIRES ROCHA

EDUCAÇÃO E POBREZA: A ATUAÇÃO DO PROJETO MÃOS AMIGAS NO
COMBATE À POBREZA PELA VIA DA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM CAXIAS, MARANHÃO

CAXIAS – MA

2023

RONALD PIRES ROCHA

**EDUCAÇÃO E POBREZA: A ATUAÇÃO DO PROJETO MÃOS AMIGAS NO
COMBATE À POBREZA PELA VIA DA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM CAXIAS, MARANHÃO**

Monografia apresentada junto ao curso de
Ciências Sociais Licenciatura da Universidade
Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção
de grau de Licenciatura em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Elieyd Sousa de
Menezes

Caxias – MA

2023

R672e Rocha, Ronald Pires

Educação e pobreza: a atuação do projeto mãos amigas no combate à pobreza pela via da educação para crianças e adolescentes em Caxias, Maranhão / Ronald Pires Rocha. __Caxias: Campus Caxias, 2023.

80f.

Orientador: Prof^a. Dra. Elieyd Sousa de Menezes.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão
– Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Pobreza infantil. 2. Políticas públicas. 3. Projeto social. 4. Educação. I. Título.

CDU 364

**EDUCAÇÃO E POBREZA: A ATUAÇÃO DO PROJETO MÃOS AMIGAS NO
COMBATE A POBREZA PELA VIA DA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM CAXIAS, MARANHÃO**

RONALD PIRES ROCHA

Apresentada em: 17/01/2023

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Elieyd Sousa de Menezes – Orientadora

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Profa. MSc. Rosane Lopes e Silva

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Examinadora 2



Profa. MSc. Bruna Karine Nelson Mesquita

Examinadora 3

AGRADECIMENTOS

Quero aqui expressar o meu agradecimento a várias pessoas que, de alguma forma, tornaram possível a realização dessa etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço a minha família, pela educação, disciplina e todo apoio que foram pilar para a concretização deste passo na minha vida. Aos meus amados pais, Maria Luiza e Reinaldo por sempre acreditarem em mim. A vocês todas as minhas conquistas!

Agradecimento mais que especial ao Projeto Mãos Amigas, em especial aos que colaboraram no processo de construção desse trabalho. Ao padre Jan, que desde o primeiro contato da pesquisa com sua cordialidade, atenção e contribuições

De forma afetuosa e especial ao meu companheiro João Felipe, que desde o princípio deste trabalho esteve comigo me apoiando, incentivando e criando as condições necessárias para que eu pudesse me dedicar aos estudos sem me preocupar com questões da rotina. Gratidão por sua afetividade e pela energia da vida ter cruzado nossos caminhos, a vida contigo é mais doce.

Agradeço a minha querida orientadora Elieyd Sousa de Menezes pela maestria, técnica acadêmica, atenção e encorajamento no desenvolvimento dessa produção.

E aos meus queridos irmãos de batalha, meus colegas e amigos pelos compartilhamentos, diálogos e pelos momentos os quais tive a oportunidade de estudar, em especial Kessyane Castro, João Barbosa, Geisa Chaves e Isabele Cardoso que chegaram até o final dessa etapa. Avante e sempre!!!

EPÍGRAFE

“Quando a gente se refere ao Estado democrático de direito é importante que a gente saiba que para a maioria dos corpos no nosso país isso é uma abstração teórica.”

Rita Von Hunty

RESUMO

A pobreza infantil evidencia um dos sintomas mais cruéis da desigualdade social apresentada na sociedade. Destarte os problemas relacionados a esse fenômeno sofreram impactos com a intervenção do Estado, com as instituições e políticas públicas, fruto de movimentos sociais que lutavam pelos direitos desses sujeitos. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Projeto Mãos Amigas no combate à pobreza das crianças e adolescentes no município de Caxias - MA. A pesquisa é de natureza qualitativa-quantitativa, a qual foi realizado trabalho de campo com sujeitos que atuam no Projeto Mãos Amigas e dados divulgados pela Pesquisa de Entidade de Assistência Social. O processo de obtenção dos dados empíricos se deu através de entrevista do tipo semiestruturada e utilizou dados do PEAS de 2015 sobre as unidades de prestação de serviço da assistência social no Maranhão em consonância com os dados da pesquisa empírica. Evidentemente a pobreza é um condicionante capaz de privar os sujeitos da liberdade e tanto os dados empíricos, como os dados das pesquisas censitárias demonstraram a existência desse fator. Nesse sentido, a educação constitui como uma ferramenta que dispõe às crianças e adolescentes meios para subversão através da conscientização das violências e movendo-os para a superação das privações. Assim, a atuação do projeto no bairro Mutirão em Caxias, Maranhão visa a prevenção dos riscos e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Pobreza Infantil; Políticas Públicas; Projeto social; Educação.

ABSTRACT

Child poverty is one of the cruelest symptoms of social inequality in society. Thus, the problems related to this phenomenon were impacted by State intervention, institutions and public policies, the result of social movements that fought for the rights of these subjects. Thus, the present work has the goal to analyze performance of the Mãos Amigas Project in the fight against poverty of children and adolescents in the municipality of Caxias - MA. The research is of a qualitative-quantitative nature, in which fieldwork was carried out with a subject who acted in the Mãos amigos project and data published by the Social Assistance Research Entity. The process of obtaining empirical data took place through semi-structured and the use of data from the 2015 PEAS in social assistance units in Maranhão, in line with the empirical data of the research. Evidently poverty is a condition capable of depriving individuals of freedom and both empirical data and census research data demonstrated the existence of this factor. In this sense, education is a tool that offers children and adolescents means of subversion through awareness of violence and moves them to overcome deprivation. Thus, the project's performance in the Mutirão neighborhood in Caxias, Maranhão aims to prevent risks and social vulnerability.

Keywords: Child Poverty; Public Policy; Social Project; Educat

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Unidades de prestação de serviços de assistência social privadas sem fins lucrativos, por tipo de serviços socioassistenciais prestados, segundo as classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 2014-2015.....64
- Figura 2**– Unidade de prestação de serviço de assistência social privada e sem fins lucrativos, com serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, por forma de chegada dos sujeitos, segundo unidade da federação.....66
- Figura 3** – Perfil socioassistencial de unidades de prestação de serviços de assistência social privadas e sem fins lucrativos, que atendem crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e 15 a 17 anos de idade..... 68
- Figura 4** – Percentual de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, por faixa etária entre 7 A 14 anos e 15 a 17 anos no Maranhão 2014 – 2015.....71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Palestras feitas por multiprofissionais na sede do Projeto Mãos Amigas entre 2018 e 2019.....	47
Quadro 2 - Atividades externas à sede do projeto no ano de 2018.....	48
Quadro 3 - Atividades externas à sede do projeto no ano de 2019.....	50
Quadro 4- Atividades externas à sede do projeto no ano de 2021.....	51

LISTA DE SIGLAS

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil

AP – Ação Pedagógica

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CCI – Centro de Convivência de Idosos

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

CDC - Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CJ – Centro da Juventude

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DST'S – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EUROSTAT - Serviço de Estatística da União Europeia

FUMACOP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

IMEBB – Instituto Mestre Bitá do Barão

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PCFM - Plano de Combate à Fome e a Miséria

Pe. – Padre

PJ - Pastoral da Juventude

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SMDS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFACEMA – Centro Universitário de Ciência e Tecnologia do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
Antecedentes da pesquisa	12
A temática e o problema deste trabalho	12
O objeto e o objetivo da pesquisa	13
O processo de obtenção das fontes	14
O trabalho de campo	15
Estrutura da monografia.....	17
2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA INFANTIL.....	18
2.1. Considerações sobre a infância.....	21
2.2. Pobreza infantil e políticas públicas no Brasil.....	23
2.3. O Estado na literatura sociológica: Weber, Bourdieu e Foucault.....	30
2.4. Desigualdade social e a educação	38
3. PROJETO MÃOS AMIGAS EM CAXIAS, MARANHÃO.....	42
3.1. História do projeto	44
3.2. Sobre o projeto.....	47
3.3. Percepção dos agentes sociais envolvidos	53
4. DOS DADOS À REALIDADE DO PROJETO MÃOS AMIGAS.....	58
4.1. Do serviço de convivência ao particularismo do projeto.....	61
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

1. INTRODUÇÃO

Antecedentes da pesquisa

Os problemas relacionados à pobreza são palco de discussões nos mais variados âmbitos, seja social, governamental ou político. O interesse pelo tema surgiu pela compreensão e relevância das ações desenvolvidas por meios das políticas públicas no combate à pobreza no âmbito da criança e do adolescente através dos projetos sociais, visando a garantia dos direitos infanto-juvenil e no combate das desigualdades sociais partindo das ações desenvolvidas pelo Projeto Mãos Amigas.

O presente estudo voltado para a questão educacional e desigualdade social teve início no ano de 2019, através da disciplina “Prática Curricular na Dimensão Político Social” e, posteriormente, na em “Prática Curricular na Dimensão Educacional”. Assim, esta pesquisa inicial tratou-se de analisar a realidade social de crianças e adolescentes no contexto educacional propondo refletir a educação construída no âmbito do projeto social visando sua qualidade e seu efeito sobre a desigualdade social.

Outro ponto de destaque que me levou ao presente trabalho, diz respeito à própria vivência na infância num espaço a qual se assemelha ao *locus* desta pesquisa. Enquanto sujeito, morador de um bairro marginalizado à época, com altos índices de violência, juntamente com meus dois irmãos, fiz parte de um programa para crianças e adolescentes administrado pelo poder público municipal na cidade de Codó – MA. Com atividades de artes e reforço escolar, um ponto marcante desse projeto também estava na distribuição de lanche, que muitas vezes não possuía em casa e nos momentos de lazer. Essa parte da minha história, composta na memória, motivou-me a direcionar o olhar sociológico e aprofundar-me acerca desse objeto.

A temática e o problema deste trabalho

Os efeitos da desigualdade e da exclusão social além do presente, também é marcante na sociedade e na vida de muitos brasileiros. Nesse cenário, a criança e adolescente também são sujeitos afetados pela pobreza em suas múltiplas formas. Sarmiento (2010, p.179) afirma que “Não é possível interpretar a pobreza infantil sem ligar com a pobreza geral. Porém a pobreza infantil tem dimensões próprias, por comparação com a pobreza de outros grupos geracionais”.

Gontijo e Medeiros (2007) ao destacar tanto o aumento como a longa duração dos desempregados nos grandes centros urbanos, aponta as consequências vivenciadas pelas famílias mais pobres, resultando na ausência de perspectiva para uma parcela da população com menor escolaridade, o isolamento juvenil, a explosão e a violência marcam o cotidiano dos sujeitos mais pobres.

Nesse contexto, de acordo com Rizzini et al. (1999), as crianças e os adolescentes podem ser caracterizados como o grupo mais vulnerável aos impactos da pobreza e da exclusão social, suscitando a implementação de políticas de assistência, proporcionando e assegurando o exercício dos seus direitos e deveres civis, políticos e sociais.

A existência de crianças e adolescentes em um contexto de pobreza, miséria e exclusão social, evidencia uma realidade desumana no processo de exclusão brasileira, sendo um dos vieses norteadores para a elaboração dessa pesquisa. Compreendendo que a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, uma série de direitos e deveres direcionou um outro olhar para esse público, sob uma nova ótica e perspectiva do Estado, da família e da sociedade a qual, mesmo com a criação de diversas políticas e os direitos proclamados, são constantemente violados. A partir deste contexto, o presente estudo possui o seguinte título: Educação e Pobreza: a atuação do Projeto Mãos Amigas no combate à pobreza pela via da educação para crianças e adolescentes em Caxias, Maranhão.

A partir das reflexões apresentadas e o olhar nas atividades desenvolvidas pelo Projeto Mãos Amigas por via da educação e o combate à pobreza, levantou-se o seguinte problema: Como o Projeto Mãos Amigas atua frente ao combate da pobreza pela via da educação com crianças e adolescentes em Caxias – MA?

O objeto e o objetivo da pesquisa

Uma vez que as relações sociais que compõe o objeto do presente estudo não são estáticas, o projeto de pesquisa é um modelo norteador, no entanto, os dados dos fatos são construídos a partir da inserção no campo da pesquisa, tendo sempre como reflexão a desconstrução do objeto a partir das pré-noções a fim de evitar monoteísmo das metodologias. Sendo assim, a partir da realidade encontrada no campo, foi necessário desconstruir e construir acerca das ações para alcançar o objetivo a partir da realidade encontrada no campo de pesquisa.

O objeto deste estudo é a atuação do Projeto Mãos Amigas no combate à pobreza infantil e o objetivo geral é analisar este objeto, ou seja, a atuação do Projeto Mãos Amigas no combate à pobreza das crianças e adolescentes em Caxias - MA. Como objetivos específicos,

inicialmente, tem-se: investigar qual a percepção dos agentes que atuam no Projeto Mãos Amigas sobre as realidades das crianças e adolescentes; verificar os desafios econômicos e sociais encontrados pelos (as) sujeitos do projeto social; descrever as ações desenvolvidas pelo Projeto Mãos Amigas no combate da pobreza por via da educação para crianças e adolescentes em Caxias, Maranhão.

A partir da inserção no campo e dos discursos dos diferentes sujeitos atuantes no projeto, a reestruturação do segundo objetivo foi necessária uma vez que as questões relacionadas às questões econômicas não faziam parte dos registros formalmente preenchidos pelos responsáveis no ato da matrícula das crianças e adolescentes no projeto. Outro fator apresentado, decisivo na mudança da ação de investigação, foi de conflitos, falta de diálogo entre o projeto e alguns familiares, levando a reestruturar o objetivo específico para: Verificar os dados socioeconômicos acerca das unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Maranhão.

O processo de obtenção das fontes

Na intenção de responder aos questionamentos, realizou-se um estudo centrado na análise das ações realizadas pelo projeto mão amigas no combate à pobreza na vida de crianças e adolescente em Caxias – MA, pautado sob uma visão que permitirá analisar a totalidade do objeto e que assume o aporte metodológico das ciências sociais.

Os sujeitos da pesquisa atuam com as crianças e os adolescentes no Projeto Mãos amigas, envolvidos no contato direto e nas atividades desempenhadas no espaço; também contou com a participação do padre Jan, a qual teve mentoria na criação do projeto, juntamente com os párocos da igreja de Nossa Senhora das Graças quando se tratava de uma filantropia. E também a participação de Aylanna da Silva Costa, que atua como coordenadora no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Mutirão e João Viana.

Acerca dos procedimentos metodológicos, este estudo caracterizou-se pela utilização da abordagem quanti-qualitativa. O uso dos dois métodos objetiva a explicação do fenômeno analisado. Segundo Oliveira (2021), as técnicas de pesquisa quantitativa proporcionam ao pesquisador estabelecer comparações através de médias, porcentagens e valores absolutos de um fenômeno. Já o uso da abordagem qualitativa nos permite analisar a atuação do Projeto Mãos Amigas no combate à pobreza das crianças e adolescentes, através dos pontos de vista dos sujeitos, para interpretar as relações sociais existentes do referido estudo e explanar os resultados da análise dos dados. A metodologia de análise é a transcrição das entrevistas para

analisar e interpretar a partir dos dados/informações à luz do referencial teórico adotado, pois a análise de dados nos permite verificar os resultados dos formulários aplicados e ampliar as relações descobertas.

No início de junho de 2022, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória para o reconhecimento do campo, na sede do Projeto Mãos Amigas. Neste momento, foi feito contato preliminar, por meio de apresentação do objetivo da pesquisa, solicitando autorização para a coleta de informações, neste momento inicial houve acesso aos relatórios e imagens para a realização da pesquisa. A pesquisa também foi realizada com o Padre Gianluigi Zuffellato por ter estado presente e participado da criação do projeto, a qual trabalhou e articulou juntamente com os párocos da igreja as ações do projeto com as crianças e adolescentes da localidade.

Os movimentos da pesquisa com os diferentes sujeitos interligados com o Projeto Mãos Amigas configuraram-se crucial para aprofundamento e conhecimento do objeto de estudo, mas para uma maior aproximação ao *locus* da pesquisa também foi necessário fazer um levantamento de dados sobre a política do SCFV, a qual funciona o projeto.

Assim, por via pesquisa bibliográfica e documental para conhecer características gerais a respeito do funcionamento do referido programa. A definição das técnicas de pesquisa adotadas: Sistematização bibliográfica e documental; Observação direta, a ser realizada em todo o processo da pesquisa; Entrevista presencial e semiestruturada. Elaboração dos Instrumentais de coleta: Guia de observação, registrados em diário de campo e através de fotografias; Guia de Entrevista com questões abertas registrados complementarmente com o gravador de voz (com a autorização do sujeito da pesquisa); O principal instrumento de coleta de dados no campo foi a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas, porém objetivando o presente estudo. Por ser uma pesquisa qualitativa, exige-se sua realização para melhor interpretação da análise dos dados.

A última etapa deste trabalho se deu através das análises acerca da Pesquisa de Entidade de Assistência Social Privadas e sem fins lucrativos, sob a SCFV no estado do Maranhão pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, a recopilação dos dados existentes desta pesquisa se deu para comparação do fenômeno analisado e o particularismo do Projeto Mãos Amigas.

O trabalho de campo

Inicialmente, o trabalho se deu a partir das leituras de referenciais teóricos das bases de dados: SciELO, Z-Library, Google Acadêmico, BDTD, nos idiomas português e espanhol.

Nesse âmbito, foram analisados artigos, dissertações e livros. Os critérios de escolhas se deram a partir das leituras do material e a convergência do estudo proposto.

Posterior às leituras bibliográficas, que aconteceram consecutivamente, ocorreu a inserção no campo a partir de uma primeira visita ao local em junho de 2022, com a finalidade de apresentar a intenção da pesquisa no local. Segundo Ecket e Rocha (2008), um trabalho de campo consiste nas etapas de inserção ao campo e o olhar do pesquisador, a qual o processo inicia a partir da negociação do pesquisador com os sujeitos/grupos que se pretende estudar através da apresentação da intenção da pesquisa; a escuta atenta que consiste na presença do pesquisador a vida social que pesquisa e o universo e contexto da pesquisa estudada.

Nos primeiros diálogos acerca do objetivo da pesquisa, tomou-se conhecimento sobre a gênese do projeto que se deu a partir da filantropia, havendo como mentoria o Padre Gianluigi Zuffellato, socialmente conhecido como padre Jan, que à época estava à frente da igreja Nossa Senhora das Graças. A historicidade acerca do projeto era apresentada de forma sucinta, o que levou a investigar acerca da historicidade a partir de quem vivenciou esse processo. Nesse viés, configurou-se o seguinte questionamento: como analisar um fenômeno sem que haja dados sobre a sua historicidade? A rigor considera-se que a própria ausência de dados já é um elemento para reflexão.

Nesse sentido, ocorreu uma entrevista em junho de 2022 com padre Jan, sendo o primeiro contato acontecendo por via digital através do *WhatsApp*. Assim, contactou com o padre através de uma rede de amigos da academia que, a partir dos diálogos, conhecia uma outra pessoa com contato direto com o reverendo senhor padre. Outrora, também buscou-se outros sujeitos que atuaram enquanto filantropia, no entanto, a ação não obteve sucesso. O local da entrevista foi escolhido pelo entrevistado, a qual se deu de forma semiestruturada. Buscou-se diálogo com outros sujeitos que estiveram presentes no início do projeto, no entanto, sem sucesso.

A entrevista enquanto técnica é um dos procedimentos mais comuns nos trabalhos de campo. Essa técnica não consiste em uma conversa e tampouco neutra, uma vez consistindo na realidade sujeito-objeto e a vivência desses sujeitos (DESLANDES, 1994).

Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007) enfatizam acerca da falha do questionário:

Por mais fechado que seja, o questionário não garante necessariamente a univocidade das respostas pelo simples fato de submeter todos os sujeitos a perguntas formalmente idênticas. Pressupor que uma pergunta tem o mesmo sentido para sujeitos sociais separados pelas diferenças de cultura, associadas a origem de classe, e ignorar que as diferentes linguagens não diferem apenas pela amplitude de seu léxico ou grau de abstração, mas também pelas temáticas e problemáticas que veiculam (BOURDIEU, CHAMBOREDON E PASSERON, 2007, p. 57).

Nesse sentido, a entrevista amplia os dados/informações e propõe ao pesquisador analisar a luz das diferentes concepções e diferença cultural a partir de vários fatores como classe e linguagens. De tal modo, no Projeto Mãos Amigas foram entrevistados 3 sujeitos que atuam em diferentes funções exercidas dentro do espaço. As entrevistas aconteceram de forma individual, presencial, a qual foram gravadas e posteriormente transcritas. A fim de firmar a lisura e relevância da pesquisa, a cada agente entrevistado foi apresentado o objetivo da pesquisa e firmando a relevância do trabalho, todos e todas assinaram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE), a qual exige a relação de confiança entre pesquisador e participante, estando continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

Também participou desta pesquisa uma agente do Centro de Referência da Assistência Social, a qual abarca o bairro Mutirão e João Viana.

Estrutura da monografia

A monografia está estruturada em três capítulos, inter-relacionados e interdependentes, visando representar a percepção teórica sobre a atuação do Projeto Mãos Amigas no combate à pobreza das crianças e adolescentes em Caxias - MA.

O primeiro capítulo, “Políticas públicas para o enfrentamento da pobreza infantil” retrata sobre as políticas públicas e metamorfose acerca das concepções da criança e adolescente como sujeito e da atuação do Estado frente às políticas destinadas às crianças e adolescente, divididos em: Consideração sobre a infância; Pobreza infantil e políticas públicas no Brasil; O Estado na literatura sociológica: Weber, Bourdieu e Foucault; Desigualdade social e a educação.

No segundo capítulo, “Projeto Mãos Amigas em Caxias, Maranhão” apresenta a atuação do projeto sob as narrativas dos diferentes sujeitos divididos em: Sobre o projeto; História do projeto; Percepções dos agentes sociais envolvidos.

E no terceiro capítulo, “Dos dados à realidade do Projeto Mãos Amigas” aponta os dados acerca das unidades de SCFV e a realidade a partir dos discursos dos sujeitos que atuam no Projeto Mãos amigas, divididos em: Do serviço de convivência ao particularismo do projeto.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA INFANTIL

A pobreza é um fenômeno que se coloca nos centros das discussões nos meios acadêmicos e sociais, introduzido em pautas de agenda sociais dos governos desenvolvidos e emergentes. A compreensão de como lidar com tal fenômeno é palco de preocupação de uma parcela da população atingida com o modo precário nas estruturas sociais de organização do trabalho que vem adquirindo novas facetas nas últimas décadas em decorrência das modificações acontecidas com o sistema capitalista como a crise do fordismo, perecimento do Estado de Bem-Estar e a globalização gerando efeitos no mundo do trabalho (CODES, 2008).

No entanto, para compreender a pobreza é necessária uma retomada histórica, situando a permeação do fenômeno na sociedade antes do sistema de classes, como discorre Lessa e Tonnet:

Com o aparecimento da agricultura e pecuária, os homens puderam, pela primeira vez, produzir mais do que necessitavam para sobreviver, ou seja, surgiu um excedente da produção. A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. [...] Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornaram antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. (LESSA; TONET, 2011, p. 53).

Neste sentido, este fenômeno passa a existir a partir das condições da exploração do homem pelo homem, na transição das sociedades ditas “primitivas” para as sociedades de classes. O que difere a pobreza na sociedade pré-capitalista foi a ausência ou insuficiência de produção, podendo gerar a falta de produto, porém nessas sociedades o interesse de produção se davam visando o bem comum: assegurar tanto de si próprio quanto do grupo pertencente a subsistência para a sobrevivência (LESSA; TONET, 2011; MONTAÑO, 2012).

No entanto, é no modo de vida capitalista que a pobreza ganhou novos rumos e proporções resultantes do processo de industrialização originado na Inglaterra ao final do século XVIII. Nesse sentido, Pimentel (2012) discorre:

Na percepção dos observadores da época, independente da sua posição ideopolítica, ficou claro que essa pobreza que surgia no interior da dinâmica capitalista e seus desdobramentos se tratava de um fenômeno novo, nunca visto na história, gerando uma inquietação muito grande entre eles. [...] O surgimento de amplas camadas populacionais relegadas à esfera da pobreza na sequência do processo de industrialização inquietava pensadores e ativistas políticos, que requisitavam soluções para os problemas daí decorrentes. Surgem, então, muitos questionamentos em torno de qual a resposta mais adequada para o seu enfrentamento (PIMENTEL, 2012, p. 15).

Assim, é nesse sistema de produção comandado pelo capitalismo que a pobreza ganhou novas dimensões e que por consequência escancarou os problemas relacionados ao fenômeno.

A relação que o mundo do trabalho se deu nesse novo sistema se deu pelo que Karl Marx (1996) discorre em *O Capital* como a exploração da classe trabalhadora. Furtado (2009) afirma que a pobreza é compreendida enquanto carência ou falta dos meios para suprir as necessidades básicas, podendo ser caracterizada de forma mais acentuada de *pobreza absoluta*, também chamada de miséria, existindo sua forma menos acentuada, conhecida como *pobreza relativa*, definido como a inexistência, ou mesmo que exista, de forma precária a relação com os bens de serviço como vestuário, transporte habitação saúde etc.

Marx (1996) relaciona a pobreza absoluta como forma direta a falta de emprego, fator condicionante para a constituição “exército reserva” (MARX, 1996, p.162), ou seja, da mesma forma que o modo de produção capitalista constitui os trabalhadores ativos, também produz os reservas a disposição, como se fossem criados pelo próprio capitalismo, assim, o próprio capitalismo produz a pobreza para a sua manutenção e maior lucratividade, uma vez que tende a aumentar a quantidade de trabalhadores inativos e gerar competitividade no modo de produção.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado à sua própria custa. (MARX, 1996, p. 162 a 163).

De modo que a pobreza relativa é compreendida como a maneira desigual na distribuição dos lucros entre o trabalhador e o capitalista, ou seja, mesmo o trabalhador ativo, assalariado, ganhando de forma superior em relação aos demais, ainda assim o valor gradativamente é menor em relação ao capitalista.

No início do capitalismo ocidental a pobreza ganhou espaço como objeto de investigação científica e foi caracterizada como pobres aquelas famílias que não obtinham renda suficiente para a subsistência alimentar. Contudo, a partir da década de 1980, os avanços dos pensamentos científicos sobre a pobreza e os estudos acerca do desenvolvimento socioeconômico, levou a redirecionar tais estudos a qual apresentou a pobreza como um fenômeno multidimensional, englobando não somente a renda como critério de avaliação, mas de outros fatores que fazem parte da vida dos sujeitos como a moradia, saneamento básico, renda, educação trabalho e saúde. Anterior a este período, os estudos sobre o fenômeno eram

apresentados numa perspectiva unidimensional, ou seja, avaliavam-se apenas o critério da renda como fator de mensuração da pobreza (ARAÚJO; MORAIS; CRUZ, 2013; CODES, 2008).

A preocupação de “como lidar com os pobres” é decorrente desde o início do sistema capitalista da Europa Ocidental. Os avanços das discussões sobre esse fenômeno têm envolvido a atenção tanto de intelectuais quanto de governos, no sentido de que se definam as necessidades desses sujeitos¹ e que sejam elaborados modos de abordar essa questão (CODES, 2008, p.1).

Ao salientarmos sobre pobreza no Brasil, devemos levar em consideração os fatores sócio-históricos e econômicos, como os grandes latifundiários rurais e a concentração de riquezas socialmente produzida, as questões territoriais como a especulação imobiliária, esses fatores tiveram grandes contribuições no aprofundamento da pobreza no país (SILVA, 2007).

Ao destacar sobre as políticas públicas e o enfrentamento da pobreza no Brasil, Silva (2007), salienta a descontinuidade e insuficiência dos programas dirigidos à população mais pobre do país. Isso porque embora haja a existência de ações de intervenções no país, este não se configura como estratégia universal dentro do país, configurando assim como políticas assistencialistas, ou seja, atuando apenas sob administração de um dado nível da pobreza no país.

Com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), ocorreram diversas mudanças no sistema político, administrativo e institucional, dentre elas a implementação da instituição Seguridade Social que, fruto de lutas dos movimentos sociais, buscou-se um maior desenvolvimento e universalização dos direitos sociais. No ano de 1990, foi instituído a Política de Assistência Social Federal, a qual se encontrava centralizada sob o Ministério de Bem-Estar Social. No entanto, logo em 1995 houve a extinção deste ministério, abrindo margem para pôr em prática os regimentos da CF de 1988, no denominado descentralização e municipalização (SILVA, 2007).

A partir disso, vários programas instituídos a partir de políticas públicas objetivaram a pobreza e o combate à fome, a destacar o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM), criado pelo então presidente Itamar Franco em 1993 e, posteriormente, com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-9998), o programa foi interrompido, sendo então criado o Programa Comunidade Solidária como principal plano proposto pelo governo no combate à

¹ A utilização da denominação “sujeito” se deu na perspectiva Foucaultiana como sendo construída por um conjunto das relações de poderes (e não seu produtor), sendo este produzido historicamente pelas relações de força de um lugar em um tempo (PEZ, 2013; FOUCAULT, 1998).

pobreza. Já no ano de 2001, houve a criação do Fundo de Combate à Pobreza, passando a financiar Programas de Transferência de Renda (SILVA, 2005).

2.1. Considerações sobre a infância

Os estudos sobre as crianças e a infância no campo científico ganharam força nas últimas décadas. No entanto, a emergência errônea das concepções sobre a infância se deu pela configuração a partir de noções sobre estas, estruturada em três eixos: i) como um grupo universalizado; ii) a falta de identidade autônoma e que naturalmente são seres em transição; iii) de uma referência cultural europeia e norte-americana. No final do século passado, uma série de novas disciplinas como a sociologia da infância, antropologia da infância romperam com essa linha de pensamento, constituindo o campo da infância como multidisciplinar (SARMENTO, 2015).

As concepções no campo das ciências humanas e sociais acerca da infância é cruzada por várias interrogações, contradições, desacordos teóricos e metodológicos. Neste sentido, a constituição da natureza dos estudos do campo das crianças não se dá pela formulação de uma teoria única ou por uma metodologia exclusiva. O que pode definir esse campo é o encontro de diferentes disciplinas em torno de um objeto próprio: criança e infância (SARMENTO, 2015).

A infância uma vez entendida como categoria social, abre espaço para a imersão de um novo paradigma dotado de articulações e distinta que está inter-relacionado no seu tempo e espaço. A partir desse fenômeno, novas demandas surgem como as das necessidades, direitos e interesses específicos desse grupo que, desencadeando nos anos de 1990, a ruptura epistemologia das noções e trabalhos que já haviam sobre essa categoria (CARVALHO, 2010).

Os estudos no campo da área da criança tiveram seu desenvolvimento na primeira fase do capitalismo, com emergência da modernidade. A compreensão de que a criança era um ser humano em fase de desenvolvimento submetida ao poder do pai, socializável, situada no seio de uma família no qual é nascida e criada, obrigada a frequentar a escola e submetida a outros processos de socialização. A norma de uma criança da cultura ocidental pretendeu a “universalização da criança” ao ponto de que, as crianças que não encaixavam ao padrão delimitado, eram vistas como “crianças sem infâncias” (SARMENTO, 2015, p.41).

Um outro aspecto importante no campo é o estudo da criança a partir de suas próprias práticas e ações. Nesse sentido, vale ressaltar, o distanciamento das definições estabelecidas sobre elas em um mundo “adultocêntricos”, no qual desenvolve apenas um papel secundário e apagado, desta a educação e a inserção social. O distanciamento e exclusão dessa visão sobre a

criança proporciona a centralização desta como objeto de conhecimento integral, “objeto que é também sujeito” (SARMENTO, 2015, p.36).

No Brasil o olhar sobre as crianças a partir do século XX esconde a preocupação na correção de crianças e adolescentes pobres no qual acreditavam ser propensos à marginalidade e ao mundo do crime. Essa preocupação fez criar diversas medidas e instituições que visavam essas ações. No ano de 1903, houve a criação da Escola Correccional, logo em seguida, em 1923 foi criado o Juizado de Menores e no ano seguinte, em 1924, o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Essas medidas tinham como objetivo a correção dos menores com aspectos punitivos. (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2017).

Michel Foucault (2012) na obra *Vigiar e Punir* analisa a punição como uma função social complexa, abordando as transformações dos novos métodos punitivos. Destaca os novos mecanismos instituídos, não estando mais sob a regulamentação absolutista ou somente em prisões, criado na forma institucional como as escolas, hospitais e na própria sociedade através do poder disciplinar efetivado por normas (FOUCAULT, 2012).

O Código de Menores, instituído em meados de 1927, oficializou as ações institucionalizadas do Estado, substituindo as filantropias, com a distinção de duas denominações: os “vadios” e os “abandonados”. Nesse sentido, ficava a cargo do juiz avaliar a índole da criança e do adolescente e direcionar a instituições punitivas. O olhar sobre estas era constante, porém, sob a ótica da criminalidade, motivando até o início do século XIX a prisão de crianças desde os nove anos de idade, geralmente as prisões eram feitas por motivação de “vadiagem”. A vigilância e imposição também se dava no mundo do trabalho que, desde cedo, eram colocados a trabalhar nas fábricas e oficinas para subsidiar a si próprio e ao grupo familiar. (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2017).

O século XX é conhecido como um dos períodos de maior desenvolvimento sistemático na normatização da infância. Isso se deu pelos inúmeros planos regulamentadores instituídos, no qual gerenciava a vida da criança e principalmente a relação entre família, sociedade e Estado. Nesse processo, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), sob a resolução n. L44 (XLIV) em 20 de novembro de 1989, tornou-se uma das maiores eloquências mundiais como referência na expressão determinante em um modelo de infância, seja eles numa perspectiva política ou cultural, resultando na elaboração de um documento universal acerca do direito da criança, no qual foi palco de diversas negociações que se deram por: i- à complexidade das diferenças sociais, culturais, simbólicas e religiosa entre os diversos países; ii- diferentes noções sobre a infância; iii- oposições entre Estados com diferentes interesses

políticos; iv- também o cenário da Guerra Fria que o mundo estava vivendo, resultando na extensa e vagarosa negociação entre os países (MARCHI; SARMENTO, 2017).

Embora esse documento, visando o direito internacional da infância, a proteção e o protagonismo destas, declarando-as como atores sociais, sofreram grandes críticas decorrente de alguns fatores, dentre elas: i- A discordância da ideia universal do direito da criança a partir de ideia particular da infância. Isso porque compreende-se que o documento elaborado se inclina para ideologia cultural dos países situados no Norte Global e com isso sobressaem suas concepções de criança e infância em detrimento dos demais países. ii- A não inclusão dos próprios sujeitos no processo decisório do documento, uma vez os preveem como seres de direito a participação. iii- A ausência de análise sobre as relações de dominação, isso porque dispositivos como a etária pode contribuir apenas em reafirmar hierarquicamente o poder adulto (MARCHI; SARMENTO, 2017).

O resultado da “normatividade da infância”², abre margem para a segregação de crianças que vivem sob condições distintas aos perfis estabelecidos podendo legitimar o não reconhecimento da própria infância da criança, acarretando na discriminação, violência, segregação e várias outras formas legítimas de violência sejam elas físicas ou simbólicas (SARMENTO, 2015).

2.2. Pobreza infantil e políticas públicas no Brasil

A necessidade de uma definição acerca da pobreza infantil se dá pela ambiguidade de sentidos encontrados em diferentes esferas, seja no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Serviço de Estatística da União Europeia (EUROSTAT), dentre outras agências. As necessidades dos estudos qualitativos acerca dessa temática mostram ser indispensáveis que haja um trabalho conjunto com as pesquisas quantitativas sobre rendimento familiar, saúde, educação etc. (SARMENTO; TREVISAN, 2017).

Gontijo e Medeiros (2007) discutem sobre a criança e adolescente em processo de exclusão social e a existência de uma realidade que destaca o abandono, miséria e violência extrema como uma das facetas mais cruéis do processo de exclusão social no Brasil.

A discussão sobre a pobreza infantil interliga as condições sociais que a produzem. Sarmento afirma que: “Não há como ligar a pobreza infantil sem associar a pobreza geral.

² Como normatividade da infância, compreende-se um conjunto de prescrição regulamentar de ordem jurídica ou simbólicas de forma visível ou não, com a finalidade regulamentadora sob a criança em relação à sociedade

Porém, a pobreza infantil tem dimensões próprias por comparação com a pobreza de outros grupos geracionais.” (SARMENTO, 2010, p.179).

Um estudo desenvolvido pelo UNICEF juntamente com a Universidade de Bristol e a London School Of Economics realizaram pesquisas no ano de 2003 com a finalidade de medir o parâmetro de pobreza nos países em desenvolvimento. Entendo que a pobreza se constitui pela privação de direitos como da saúde, saneamento básico, água potável, educação, dentre outros, o estudo proporcionou resultados preocupantes, o que levou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Escritório Regional da UNICEF para a América Latina e o Caribe (UNICEF – TACRO) a realizarem novas pesquisas no ano de 2008 medição da pobreza nos países da América Latina, juntamente com os métodos tradicionais de medição da pobreza a partir da renda realizada pela CEPAL (CEPAL, 2010).

Segundo UNICEF, as crianças e adolescentes são os mais vulneráveis em relação à extrema pobreza, apontando que são o dobro da população em termos percentuais em comparação com os adultos em termo de pobreza monetária e que ainda há dentro desse mesmo grupo (infanto-juvenil) grupos como regionalização e cor de pele, apontando que os mais afetados são os grupos que vivem na região norte e nordeste do Brasil e pessoas não brancas (UNICEF, 2022).

Ao considerar a importância de políticas públicas para o desenvolvimento de jovens no Brasil, desde a década de 1990, RUA coloca: “proponho o entendimento das políticas como conjunto de decisões e ações destinada à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731). Então partindo deste preceito, é evidenciado que as políticas públicas são imprescritíveis para a juventude independentemente da faixa etária. Por isso é imprescindível a participação do Estado neste processo, para que existam, ganhem forças e assim ter uma atuação considerável na vida dos jovens, em geral, e principalmente os em estado de vulnerabilidade social.

Historicamente, a asseguaração dos direitos sociais dos trabalhadores se constitui somente ao final da Segunda Guerra Mundial, a partir da construção do Estado do bem-estar em muitos países da Europa ocidental, diversificando variadas formas de medidas de proteção social (BEHRING, 2006).

A partir das formas que interferem na economia e nas opções políticas, as relações sociais pautadas nas classes e seus segmentos ganham espaços para discussão, que põe em discussão o papel do Estado nesses processos. As discussões sobre o papel do Estado como forma de proteção se iniciam com a decadência do modo de vida feudal e da hierarquia política baseada nas leis divinas. Desde então, a discussão acerca do poder do Estado e suas funções são amplamente discutidas (BEHRING, 2006).

Hobbes (2019), na obra *Leviatã*, aborda que no estado da natureza, a fome e os conflitos (antipatia, aversão ou ódio) determinavam as ações do homem, levando estes a renunciarem de suas liberdades individuais em prol do rei soberano pela garantia de proteção. Para Rousseau (2011), em *Do Contrato Social*, a sociedade em sua imperfeição é corrompida pela propriedade e pela ambição do homem. Assim, o Estado em sua criação estava a serviço dos ricos com a finalidade de proteger suas propriedades e não o bem-comum, acreditando que a saída seria a criação de um Estado que estivesse sob a vontade geral, por meio da cidadania.

A partir do século XX no Brasil, com a democratização, a reordenação das políticas assistenciais, direcionaram os olhares sobre a infância e adolescência, que passou a ser considerado fase crucial do desenvolvimento humano. A partir dessa reestruturação, nos anos 90 passaram a sistematizar os estudos sobre essa categoria, identificando uma série de desigualdade entre bens e serviços para a juventude, resultado das posições nas estruturas sociais (MENDONÇA, 2002).

A priorização e sistematização acerca da população jovem no Brasil reorientou as exigências estruturais de políticas públicas para atender a criança, que encontrava em grande parte em situação de extrema pobreza. Essa reforma objetivou a proteção integral e universal dos jovens, seguindo tendências internacionais (MENDONÇA, 2002).

Com as várias concepções que ao longo do tempo a infância e a juventude vem ganhando, por vezes eram caracterizados como revolucionários e por outras como geradora de problemas, no qual se deve ter atenção específica sobre estes. O fato é que, o paradoxo do olhar demonstra as diferentes perspectivas sobre o público jovem (por vezes capazes, outras vítimas da exclusão ou grupo de risco) (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009).

Nesse sentido, Foucault (1989) discute que as práticas discursivas são um conjunto legítimo tornando a realidade verdadeira ou falsa, ou seja, a verdade mesmo não sendo da ordem natural das coisas, são efetivadas a partir dos discursos que permeiam a sociedade e que é capaz de legitimar nos mais diferentes meios (moral, científica ou política).

Em uma perspectiva geral, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão da juventude na sociedade e os desafios para felicitar os processos de transição e integração ao mundo adulto. Esse problema é ocasionado pela falta de acompanhamento educacional e profissional, fazendo com que os jovens não estejam incluídos na sociedade, gerando desigualdade social e aumentando os índices de desistência dos estudos, resultando em prejuízos às futuras gerações (ABAD, 2002).

Vale destacar que no Brasil houve um crescente no número de políticas públicas que, objetivando sanar uma parcela dos problemas, afetam esse grupo, principalmente na sua

inserção na ordem social. Esses programas³ são constituídos das mais variadas formas, modelos e estratégias, visando em especial a parcela juvenil que se encontra em estado de vulnerabilidade social. As políticas públicas destinadas à juventude são cercadas por uma série e diversificada iniciativa, porém a má articulação visando o conjunto, limitam as políticas que por muita das vezes entram em controvérsia em sua execução. Frequentemente, os programas são setorizados, dividindo-o em focos específicos como da educação, saúde, cultura e outros. (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009)

Nos anos de 1980 é que se ganham novos rumos em relação à proteção da criança e dos adolescentes. Com a promulgação da nova CF/88, sobre forte influência dos movimentos que lutavam pelo direito da criança e do adolescente, foi implementando à Carta Magna o artigo 227 e que posteriormente, em 1990 a lei nº 8.069/1990 denominado de ECA, no qual os reconhece como sujeitos de direitos e oferece proteção integral que possibilite o desenvolvimento efetivo desses sujeitos. O que antes era conhecido como internato, passou a ser denominado de “abrigamento”, estabelecendo a proteção integral dos sujeitos de até 18 anos de idade que propõe assistência do convívio familiar e comunitário (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2017).

Um outro aspecto importante a ser destacado é a centralização das políticas em nível federal. Essas políticas acabam limitando as experiências próprias de cada localidade. Com uma tendência maior da redução desse modo de políticas públicas, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) impulsionou a descentralização dessas políticas e integralizou as entidades locais no desenvolvimento de ações, uma vez que várias dessas entidades já realizavam ações sociais (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009).

O ECA prevê às instituições o caráter de acolher crianças e adolescentes que vivenciaram abusos, violação dos seus direitos sociais e pessoais, dentre outros. Nessa perspectiva, mesmo após o ECA, o enraizamento da institucionalização permanece sobre essas instituições caracterizado pelo afastamento do grupo familiar como uma das primeiras ações (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2017).

Esses problemas sociais têm suas mais variadas causas e que segundo Oliveira et al. (2020), a falta de suporte social e familiar também pode ser parcialmente um motivador no qual

³ Os programas criados visavam em sua maior parte áreas de esporte, cultura e inserção social que priorizavam jovens a partir “da sua situação e social; acesso ou não a bens culturais, sociais e educacionais; faixa etária; uma possível situação de conflito com a lei; dificuldades no mundo do trabalho” (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009, p. 315).

pode-se associar a inépcia de muitos adolescentes enfrentarem a infelicidade de ações delinquentes, antissociais e até mesmo a violência.

Nessa contextualização, as instituições como: escolares, sociais e de saúde, tem um papel e dever fundamental com a finalidade de evitar a exclusão social dessa categoria, mas que Oliveira et al, (2020) discorre que:

O olhar fragmentado sobre os fenômenos que os condicionam à vulnerabilidade social contribui para ações desarticuladas, pontuais e, não raro, falhas, o que torna relevante conhecer a perspectiva dos próprios adolescentes, uma vez que vivenciam a vulnerabilidade no seu dia a dia e, portanto, estão em melhor condição de se expressarem em relação ao funcionamento do contexto inerente a tais vulnerabilidades (OLIVEIRA et al. 2020, p. 2).

No Brasil, no âmbito da Assistência Social, como política não contributiva, discorre em seu texto de lei, prever os mínimos sociais, juntamente com a sociedade e as ações de iniciativa pública, a fim de garantir as necessidades básicas. Assim, para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza de forma integrada às políticas setoriais provendo e assegurando os mínimos sociais e disponibilizando suporte para a superação das más condições sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2011).

Neste seguimento, podemos nos depararmos com uma variável de programas sociais destinados tanto a crianças e adolescentes, quanto à família. Um exemplo deste é o Programa é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que surge como uma política pública, um dever do Estado e como um viés do direito à cidadania.

Sobre a pobreza e suas manifestações, para Sarmiento (2010, p. 181) “a pobreza é uma expressão de uma sociedade desigual e onde os direitos fundamentais não estão salvaguardados, apesar de proclamados”. Nessa perspectiva, o autor discute que a análise dos fatores da pobreza infantil e suas condições estruturais colabora para que o acesso aos recursos seja desigual e que alguns indivíduos sejam afastados dos bem-estar social (SARMENTO, 2010).

As condições materiais no contexto do bem-estar, desempenham uma função central, salientando que a pobreza infantil não está associada apenas nesse sentido. Porém, são as condições de acesso a diferentes recursos que auxiliam no exercício dos direitos fundamentais. Neste sentido, o estado de extrema pobreza pode ter significado diferente a cada criança como não poder alimentar-se de forma saudável, não adquirir novas vestimentas e calçados, não possuir materiais que outras crianças possuem como: brinquedos, livros etc. impactando no lazer. Também são associadas às condições materiais o âmbito de moradia, caracterizado no âmbito da pobreza como a falta de aquecimento, luz e água potável. Todos esses fatores são

associados às questões materiais e que impactam diretamente na vida da criança (SARMENTO; TREVISAN, 2017).

Nesse viés, o PAIF atua sobre um tripé, que juntos integram o nível de proteção direcionadas às necessidades humanas, atenção em emergências e situações de riscos sociais. Estes estão centrados em: i- Ação preventiva, cujo foco é prevenir, ou seja, impedir antes de seu acontecimento, alguma ocorrência que ponha em risco ou agravamento de situação de vulnerabilidade social; ii- ação protetiva, que visa auxiliar, resguardar e promover os direitos da e os sujeitos que nela íntegra; iii- atuação proativa, está ligado nas ações que correspondem a intervenção e a tomada de responsabilidade frente a problemas e riscos sociais.

Assim, essa política prevê além do serviço de proteção básica, também o serviço de proteção básica especial, a qual são articulando-se com as demais políticas locais a fim de garantir a sustentabilidade das ações, os protagonismos das famílias e dos sujeitos, focando na superação das condições de vulnerabilidades e prevenção das situações de riscos sociais. Tal serviço é articulado em duas categorias: Serviço de proteção social especial de média complexidade e serviço de proteção social de alta complexidade⁴.

Quando mencionado a família e sujeito sob risco social, especificamente dentre outros objetivos, o programa visa atender os grupos e sujeitos que se encontram em situação de exclusão pela pobreza. Nesse sentido, segundo a UNICEF (2021) as crianças são os grupos mais afetados com a pobreza.

No ano de 2008, CEPAL (2008-2009) afirma que na América Latina 12,5% da população viviam em domicílio em estado de extrema pobreza, ou seja, viviam com renda inferior ao que atendia às necessidades básicas de alimentação. As experiências e a superação vivida pelas pessoas ocorrem de forma heterogênea, havendo para algumas a possibilidade de superá-la e para outras não. Essa diferenciação das formas de vivência da pobreza pode ocorrer a partir da variação do sexo, idade, etnia e localização, seja ela urbana ou rural. Nesse contexto, as análises sobre a pobreza alcançam novas faces de estudos específicos, como gênero e criança. As crianças e adolescentes na região da América Latina e Caribe, apresentam uma diversidade associada às condições materiais, acesso desigual a bens e serviços e privação negativa que impacta no desenvolvimento de sua fase que por consequência afeta também os ciclos posteriores (CEPAL, 2010).

⁴ São considerados serviços de média complexidade aqueles cujo os direitos tanto familiares quanto do sujeito foram violados, mas que o vínculo entre a comunidade e família não foram rompidos. Já o serviço de proteção de alta complexidade está configurado naqueles que garantem serviços de proteção integral, tais como alimentação, moradia, higienização, trabalho protegido para famílias ou sujeitos que se encontram ameaçados.

Em uma perspectiva a nível estadual, para a compreensão da pobreza no estado do Maranhão é necessário compreender o processo de sua formação em diversos aspectos. Sousa et al (2011) destaca que a formação social podem ser marcadores dos rumos maranhenses capazes de influenciar na estabilidade ou estagnação, marcando os elementos da estrutura social, dos padrões culturais, econômicos.

Outro aspecto de peso que influencia na determinação da pobreza maranhense pode estar ligado à questão geográfica, segundo Sousa et al (2011):

Destacam-se, ainda, a distância geográfica dos centros hegemônicos do país, que propiciou, por um lado, certo isolamento da sociedade maranhense, em relação aos processos de mudança que redefiniram a sociedade civil naqueles centros, e que, por outro lado, favoreceu o desenvolvimento de formas peculiares na relação entre o Estado, o poder central e a sociedade civil; e a diversidade intra-regional do Estado que dificultava a comunicação entre municípios, microrregiões e a capital, São Luís. (p. 3)

O estado maranhense instituiu em 22 de dezembro de 2004 a lei nº 8.205, criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FUMACOP). Baseou-se inicialmente no diagnóstico levantado pelo IPEA que aponta a realidade do estado. Assim, a Assembleia Legislativa do estado do Maranhão determinou a prorrogação da FUMACOP para 31 de dezembro de 2021. No entanto, através da adoção da lei nº 11. 522, de 11 de agosto de 2021 publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, destacando a modificação do fundo, passando a ter prazo indeterminado.

No âmbito do combate à pobreza infantil no estado do Maranhão, também pode ser destacado o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador no Maranhão. Mesquita e Ramalho (2013) discutem que não há um consenso satisfatório em relação os fatores determinantes do trabalho infantil na literatura, havendo uma variação nas pesquisas encontradas de acordo com o país e região. Porém, afirmam que “a pobreza parece ser um fator comumente aceito como importante determinante do trabalho infantil, geralmente mensurada através da renda familiar” (MESQUITA; RAMALHO, 2013, p. 198).

Assim, o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador no Maranhão destaca que os fatores culturais e socioeconômicas são fatores determinantes na configuração do trabalho infantil no Maranhão. Uma vez que, segundo o plano, o trabalho precoce é visto como algo naturalizado, em outras palavras

É visto como um trabalho que “não prejudica o desenvolvimento infantil”, sem uma compreensão fundamentada da gravidade dos malefícios dessa prática para o desenvolvimento físico, psíquico e moral de milhares de crianças e adolescentes (MARANHÃO, 2021, p. 68).

Assim, a atuação do Estado como força capaz tanto de perpetuar quanto de combater os problemas sociais são trabalhados por muitos estudiosos. Zioni (2006) enfatiza os estudos acerca da nova pobreza dentro do paradigma do monopólio de poder, abordando a teoria social democrata, a qual compreende a exclusão social como decorrente da interação entre classes sociais e o poder político que, numa ordem coercitiva, defenderia os interesses dos grupos incluídos. Desse modo, o combate à exclusão seria efetuado por meio da extensão da cidadania, no âmbito do Estado.

2.3. O Estado na literatura sociológica: Weber, Bourdieu e Foucault

A concepção sobre o Estado ao longo do tempo ganhou diferentes rumos, sob diferentes olhares. O Estado está relacionado intimamente com as políticas públicas, contudo, este não deve ser diminuído às burocracias públicas ou aos órgãos estatais. A relação entre o Estado, como uma sociedade de pessoas dentro de um espaço territorial sob o poder de um governo em prol de uma finalidade: bem comum, e as políticas públicas como um projeto que objetiva grupos específicos através de tomadas de decisões que visam a resolução de problemas sociais e políticos (CICCO; GONZAGA, 2008; HOFLING, 2001).

Nessa perspectiva, vale destacar que as políticas sociais

se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001, p.31).

Nesse viés, a educação também pode ser compreendida como uma política pública social⁵, no qual ganha moldes a partir da responsabilidade de uma perspectiva do Estado e que sob uma teoria social é possível situarmos sobre seu funcionamento e manutenção das relações sociais (HOFLING, 2001, p.31).

Nesse sentido, sob o olhar sociológico acerca do Estado e seus aparelhos é possível situarmos as formas de interferência na manutenção das relações sociais, bem como a

⁵ Salienta-se que a educação como uma política pública social, não se constitui apenas sobre as formulações dos organismos do Estado.

manutenção nos problemas sociais presentes, dentre estes: problemas relacionados à pobreza e desigualdade social, educação, regulamentação e mediação da vida social.

O sociólogo alemão Max Weber, conhecido como um dos fundadores da sociologia política moderna, é propulsor de muitas contribuições que rendeu grandes obras, dentre elas *Economia e Sociedade* (1994), no qual discute sobre o Estado e sua natureza, ética e o capitalismo. A perspectiva trabalhada por Weber compreende uma racionalização e burocratização por parte dos Estados Modernos. No que tange o Estado, o autor procurou despir-se dos conceitos e buscou analisar em uma perspectiva sociológica. Ao questionar-se sobre o uma associação política descreve que:

O Estado não pode ser definido em termo dos seus fins. Dificilmente haverá qualquer tarefa que uma associação política não tenha tomado em suas mãos, e não há tarefa que se possa dizer que tenha sido sempre, exclusivamente e peculiarmente: Hoje o Estado, ou historicamente, as associações que foram predecessoras do Estado moderno. Em última análise, só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos meios específicos peculiares a ele, como peculiares a todas as associações políticas, ou seja, o uso da força (Weber, 1982, p. 97).

Sendo assim, o autor demonstra que a presença da coerção e da força se faz necessário para a própria existência do Estado. Na perspectiva weberiana, a ausência do uso da força comprometeria na própria existência do Estado, descrevendo da seguinte forma “Se não existissem as instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de Estado seria eliminado, e surgiria uma anarquia, no sentido específico da palavra” (WEBER, 1982, p.98).

Outra característica descrita por Weber é da existência de um território como local onde o Estado possa legitimar o monopólio da violência e a coação física, sendo estas umas das características principais para a existência do Estado. (PAREMBERGER, 2018)

Ao descrever o Estado moderno como uma comunidade humana sob determinado limite territorial, ressalta que apenas o Estado possui uso legítimo da violência, ou seja, nenhum grupo ou sujeito nesse território poderá fazer o uso da violência a não ser pela própria tolerância do Estado. (WEBER, 1982).

Destacando que “a característica formal do Estado atual é a existência da de uma ordem administrativa e jurídica” (WEBER, 1994, p. 35) clarificando que, sob essas características, podem haver modificação a partir de estatutos, não somente para os membros nascidos, mas também para o território dominado de uma forma geral. (WEBER, 1994)

Nessa perspectiva, o próprio autor levanta o questionamento acerca do que legitima o monopólio da força sobre os sujeitos. E para isso, a concepção weberiana categoriza três razões

que justificariam esse fenômeno, denominado de “fundamentos da legitimidade”, sendo eles: Dominação tradicional, dominação carismática e dominação racionalizada ou legal. No que tange a dominação tradicional o autor descreve que

A primeira autoridade do “ontem eterno”, isto é, dos menores santificados pelo reconhecimento inimaginável antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio “tradicional” exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora (WEBER, 1982, p. 99).

As formas de dominação tradicional não necessariamente precisam da existência de um quadro administrativo, ou seja, o poder nesse caso está distribuído pela gerontocracia ou patriarcalismo quando há decisão de escolha pelo grupo político e que pode ser alterado a partir da presença de um quadro administrativo (SELL, 2015).

A segunda forma de dominação descrita pelo autor como

Autoridade do dom graça (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades de liderança individual. É o domínio “carismático”, exercido pelo profeta ou – no campo da política – pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político (WEBER, 1982, p. 99).

A dominação “carisma” está ligada a uma virtude como uma qualidade pessoal de alguém que exerce a função de poder, podendo ser desde mágicos a chefes partidários (SELL, 2015). Nesse sentido Weber (1994) descreve como uma “veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por estas reveladas ou criadas” (WEBER, 1994, p. 141)

E a dominação racional ou legal, que segundo autor é definido como

Há o domínio em virtude da legalidade, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseadas em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham (WEBER, 1982, p. 99).

A partir da ótica do aparato institucional, para Weber, a forma mais pura de dominação legal é aquela no qual esteja presente a burocracia a partir de um quadro administrativo (SELL, 2015).

Segundo Sell (2015), Weber possui um trabalho cuidadoso sobre “o fenômeno da organização burocrática” (SELL, 2015, p. 146). Ao analisar o fenômeno da organização burocrática, Weber vai de encontro às raízes históricas, analisando então suas vantagens e a

relação com os aspectos do direito, administração, dentre outros. Segundo o autor, Weber descreve que a burocratização alcança não somente o Estado, mas todos os campos da vida social (SELL, 2015).

Ainda discorrendo sobre a burocracia, segundo Sell, a expansão do Estado, e em igual modo, as complexidades que os problemas vão adquirindo, Weber analisa uma espécie de obstáculo no processo de democracia direta. Isso porque, com as resoluções que o Estado tende a tomar frente aos problemas, o cidadão acaba sendo distanciado das decisões essenciais da sociedade (SELL, 2015).

Nessa perspectiva, as discussões weberianas propõem analisar o Estado moderno sob tipicidade do *domínio racional legal* que se fundamenta nas regularidades estabelecidas racionalmente por via das leis e sanções através do conjunto de regras sob legitimidade através da administração dos governos e seus órgãos.

O monopólio da violência legítima do Estado, propõe refletirmos sobre a quais sujeitos este impõe a coerção de forma mais acentuada, revelando o distanciamento que estas ações impõe sobre determinados grupos sobre a tomadas de decisões, resultando em exclusão de grupos sociais a partir de determinadores fatores como: raça, sexo, condições econômicas e localização geográfica (principalmente os da periferia no espaço urbano).

Neste sentido, ao tratar em uma perspectiva weberiana, podemos destacar que o problema da exclusão social está pautado nas relações hierárquicas e verticalizadas, nas diferentes formas de dominação (tradicional, carismática e legal) com o mínimo de concessão.

Na perspectiva de Bourdieu, pensar sobre o Estado requer atenção para que não caiamos no erro de pensar esse objeto em suas próprias perspectivas.

Para resumir as análises que fiz nos anos anteriores, em especial a análise histórica das relações entre sociologia e Estado, indiquei que nos arriscávamos a aplicar ao Estado um pensamento de Estado e insisti no fato de que nosso pensamento, as próprias estruturas da consciência por meio da qual construímos o mundo social e esse objeto particular que é o Estado, têm tudo para ser o produto do Estado (BOURDIEU, 2014, p.33).

Nesse sentido, é necessário que ao refletir sobre o Estado também haja o questionamento sobre o poder de imposição, deste, sobre os agentes sociais. Assim, Noleto (2019) descreve que pensar no Estado brasileiro é pensar nas cognições de conhecimento pelos seus agentes, uma vez que a legitimidade do Estado está no reconhecimento dos seus agentes sociais.

Na obra *Sobre o Estado* de Pierre Bourdieu (2014), o autor levanta a discussão sobre a afirmação feita por Weber e o monopólio da violência legítima. Segundo Bourdieu, o Estado

não somente possui o monopólio da violência física, mas também da violência simbólica e que esta última é antagônica ao “exercício do monopólio da própria violência física” (BOURDIEU, 2014, p. 34). Para o autor, essa característica é essencial para o Estado.

O poder simbólico como categoria nessa ampla análise dos sistemas simbólicos feita por Bourdieu, pode ser encontrada nas entrelinhas, passando a não ser enxergado. Para o autor, essa forma de poder, outrora ignorada, passa então a ser o estopim em movimentar uma série de outros poderes presentes na sociedade. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p.7).

Os mecanismos no qual esse poder se manifesta está pautado nos sistemas simbólicos que se institui e se apresenta através da língua, a arte e a religião. Nesse sentido, denomina então a língua como estruturas estruturantes (sic), pois “são instrumentos de construção de mundo dos objetos” (BOURDIEU, 1989, p.8).

Desse modo, o poder simbólico é construído em seu tempo e espaço a partir da realidade imposta e hegemonicamente compactuada entre os sujeitos a partir dos acordos no qual será validado entre estes (BOURDIEU, 1989). Uma outra maneira no qual o poder simbólico se expressa é através dos símbolos, desta forma o autor destaca que “Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação” (BOURDIEU, 1989, p.10). De tal modo, o símbolo, enquanto instrumento de conhecimento, integra em parte não somente a forma como construímos a realidade, mas também a perpetuação dos valores e da cultura através de reafirmação enquanto sistema simbólico.

Uma vez que, as produções simbólicas são instrumentos de dominação, o autor, baseado em Marx, destaca que as produções simbólicas também são formas que perpetuam o interesse da classe dominante (BOURDIEU, 1989, p. 10). Assim, Bourdieu irá destacar a função social e política que o sistema simbólico assume e que, de tal modo, impõe dispositivos de “conhecimento da realidade social”, ou seja, as produções desenvolvidas pelo sistema simbólico cumprem essa função, estando nas mãos dos poderes daqueles que possuem de acúmulo material e simbólico (BOURDIEU, 1989, p.11).

Neste sentido, as imposições sobre o monopólio do poder simbólico e da violência também estão presentes não somente pela classe dominante, coexistindo também entre as demais classes na tentativa de monopólio do sistema simbólico (BOURDIEU, 1989).

O Estado então, é, portanto, “uma crença coletiva para qual contribuem teorias políticas e jurídicas”. Nesse sentido, ao Estado é atribuído o princípio do poder simbólico como fonte primeira de criação e reprodução do mundo social. (BEZERRA, 2014, p. 489).

No que tange às relações educacionais, Bourdieu apresenta que “Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (BOURDIEU, 1992, p. 20). Nessa perspectiva, todas as ações de educação estão pautadas em um sistema lógico a formação social que compete a força e sentido entre classes. Dito de outra forma, as ações pedagógicas voltam-se para a reprodução arbitrária de uma classe, quer seja ela dominante ou dominada.

A educação escolar ou institucionalizada tende a sustentar o monopólio da violência simbólica legítima, isso porque as instituições inseridas sobre o sistema de ensino dominante, tendem a reproduzi-lo, ou seja, assegurar essa estrutura de forma sobre a formação social pelo sistema de ensino. (BOURDIEU, 1992).

Essa forma de violência se dá a partir de que, numa determinada sociedade, põe como forma de AP dominante as imposições estabelecidas pela classe dominante que se dão tanto pelos interesses materiais, quanto simbólicos (BOURDIEU, 1992).

A constituição da AP da classe dominante se dá a partir do peso e sua força que esta adquire nas relações das forças sociais e da violência simbólica. Com este efeito, a classe dominante impõe a AP definindo valores econômicos e simbólicos em uma dada sociedade, ou os demais grupos que compõem as relações sociais (BOURDIEU, 1992).

A AP se torna uma forma de violência simbólica a partir das significações e imposições determinadas de forma arbitrária a reprodução e produção seletiva e objetivo a AP do grupo ou classe dominante (BOURDIEU, 1992).

Nessa perspectiva, o estudo sobre o *Poder Simbólico* propõe a reflexão de como ações no campo da educação asseguram um sistema pautado na exclusão e desigualdade social, a partir da reprodução na arbitrariedade da hegemonia cultural da classe dominante no sistema de ensino que afeta crianças e adolescentes pobres. Essa violência perpetua os interesses da classe dominante e dificulta a emersão da situação de quem vive na pobreza e com acesso desigual a bens e serviços, isso porque a estrutura gera sobre os sujeitos o sentimento de insuficiência ou incapacidade.

Sob essa reflexão podemos destacar que, o Estado perpetua a partir de seus dispositivos a subalternização desses sujeitos com a imposição, mesmo em via da educação, um sistema: i- visa o interesses materiais e simbólicos da classe dominantes, ii- põe em um mesmo sistema

competitivo aqueles que não possuem acesso e recurso, iguais e desiguais a acesso a capital cultural, iii- minimiza a capacidade de emersão da situação de pobreza limitando os olhares

No que tange a perspectiva Foucaultiana e o poder do Estado no controle da sociedade, na obra *Microfísica do poder*, o autor, diferente de obras já produzidas, compreendendo que o poder é uma força na sociedade capaz de ser manipulada, desconstruindo a ideia de algo natural, ou seja, algo socialmente criado e que, pode ser apresentado e compreendido de formas distintas (SILVA, 2018).

Foucault em seu trabalho levanta a preocupação nos métodos de investigação a serem trabalhados que difere dos métodos que centralizam o poder na figura do Estado, no entanto o autor não escreve com a intenção de dissolver a importância do Estado e tampouco o exercício como mecanismo deste. (DANNER, 2017).

Nesse sentido, o autor trabalha na perspectiva de que o poder em todos os seus mecanismos não passa pelo Estado, mas o resultado é a fortificação deste (FOUCAULT, 1998).

Neste sentido, o autor discute a forma de transição de regulação de território a partir do poder soberano, passando então para a regulação das populações em suas esferas micro.

A partir dessa afirmativa, o autor trabalha sobre o que ele denomina de *panoptismo*, discutindo as formas de poder do Estado – que até então seu nível de vigilância são falhos quando se trata das várias esferas existentes na sociedade – estruturado no que denomina de uma “tecnologia na ordem de poder” revelando a efetividade do exercício de poder do Estado. (FOUCAULT, 1998, p. 160). Com isso, o Estado não é visto no seu caráter centralizador, passando a criar organizações a níveis locais como as escolas, hospitais e casernas no qual o Estado passa a ser visto como o centro do fluxo de poder.

Foucault destaca que esse mecanismo de poder deixa de atuar sobre o indivíduo, passando então a atuar no indivíduo, atingindo seus corpos através da aprendizagem, gestos e o dia a dia, proporcionando mudanças que fundamentalmente eliminou a referência do poder monarca (FOUCAULT, 1998).

De modo que, se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado. (...) De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder (FOUCAULT, 1998, p. 160).

Neste sentido, o autor então destaca o exercício da atenção em analisar o poder, pois as formas de poder vão muito além dos mecanismos dos aparelhos centralizado do Estado e podem

ser encontrados de forma mais sucinta e ambígua sejam elas nas relações locais onde estão fora de vigilância e gestão do Estado, que irá conceituar de *Micropoder*.

O *micropoder* neste sentido configura-se

(...)Tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que está se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que esta consideração do poder em suas extremidades, a atenção e suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos do poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes comportamentos, hábitos discursos (FOUCAULT, 1998, p. 12).

Assim, o poder não configura somente no seio do Estado e suas mudanças, mas que ocorrem nas diferentes formas na rede social nos *micropoderes* de forma individualizado no sujeito.

Vale salientar que a discussão sobre poder como uma rede atrelada ao corpo social, não deve ser visto de forma negativa (como repressivo e violento), mas, para além dos horizontes, como uma força aceita coletivamente (DANNER, 2017). Neste sentido, Foucault analisa que, para observar a dinamicidade do poder é necessário primeiramente analisar que a concepção de poder muito associada ao campo jurídico remonta a ideia do dizer não (FOUCAULT, 1998).

Para Foucault, o fato do “não” como proibição é sinônimo de poder, não assegura de fato o poder. Segundo o autor “(...), mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1998, p.8). Neste sentido, o poder pode ser visto como uma força capaz de percorrer os corpos sociais.

Essas novas formas, denominadas de “tecnologia do poder”, tiveram seu momento inicial a partir dos novos dispositivos desenvolvidos pelas monarquias da Época Clássica que, não somente como os aparelhos do Estado, mas também estabeleceram uma nova forma de economia do poder capaz de permear pelos corpos sociais de forma singularizada. Em comparação com as técnicas anteriores baseadas na repressão, esses novos mecanismos são capazes de percorrer de forma contínua, também requer economicamente um custo menor e mais propício de envolver os sujeitos sem chances de escapatórias ou de obstinação (FOUCAULT, 1998).

No que tange a pobreza sobre os sujeitos, podemos refletir que o modo de vida capitalista produz um sistema de desigualdade, lapidado sobre uma ideologia e logo diluída sobre os sujeitos pobres a atribuição de menos capazes. A educação como um dispositivo de poder que além de produzir saberes e condicionar o sujeito a ele, visa atender interesses políticos, econômicos e sociais em seu período histórico.

A escolarização é um dispositivo que surgiu como emergência política desde o século XIX, esta é constituída por saberes, poderes e estratégias visando o controle e diferenciação dos discursos a partir dos critérios estabelecidos como normal e anormal (FOUCAULT, 2001). Neste sentido “essa baliza permite separar o letrado do analfabeto, mas, mais do que isso, separa (e relaciona) o civilizado do bárbaro, o produtivo do improdutivo, o são do louco, o correto do delinquente, entre outros” (FAVACHO; MENDES, 2021).

Assim, essa superação nada tem haver do monopólio do Estado sobre a educação, mas de uma pulverização dos saberes produzidos pelos próprios tecidos sociais. Quando se trata da escolarização, ao mesmo tempo que se propõe gerar sujeitos autônomos, que pensam e hajam cientificamente, também resulta em efeitos opostos com a normalização, controle, obediência e meritocrático que atende a uma urgência política.

Estado, poder, monopólio da violência física e simbólica são categorias oportunas para entender o objeto desta pesquisa, isso porque são fenômenos condicionantes sobre o sujeito e a manutenção das relações sociais no qual podem determinar a submissão, violência, subjugação sobre grupos e no sujeito de forma individual.

Por um lado podemos pensar como a educação em um viés institucionalizado a partir dos aparelhos do Estado ou por meio dos dispositivos sociais de poder podem solucionar os problemas da desigualdade no Brasil, mas também, como estes podem ser mecanismos perpetuadores da reprodução para uma sociedade desigual a partir critérios condicionantes sejam elas pelas instituições ou por meio do poder pulverizado configurados essenciais.

2.4. Desigualdade social e a educação

Boaventura de Sousa Santos (1999), na obra *A Constituição Multicultural da Igualdade e da Diferença*, destaca a presença de antinomia no que tange a realidade proposta pela modernidade. Isto porque segundo o autor, o significado de desigualdade e exclusão social na sociedade moderna ganha proporção diferente do que nas sociedades de antigos regimes, destacando a legitimidade da igualdade, liberdade e da cidadania como emancipação da vida em sociedade e reduzindo a desigualdade e exclusão como um fenômeno a ser combatido. Porém, em contraste, a emancipação é reduzida pelo desenvolvimento capitalista a partir de que este último direciona para a desigualdade social (SANTOS, 1999).

Segundo o autor, tanto a igualdade social quanto a exclusão social são pertencentes a duas estruturas hierarquizadas determinantes. No que tange à desigualdade, este se dá pelos mecanismos de integração, ou seja, mesmo estando abaixo na hierarquia se faz necessário à sua

presença para constituir a este lugar social. Já a exclusão social, segundo o autor, “a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma que se é excluído. Quem está embaixo está fora” (SANTOS, 1999, p. 2).

A relação entre desigualdade e exclusão se dá primeiramente pela compreensão respectivamente de que: a primeira está relacionada ao campo socioeconômico e a segunda ser fomentada pelos fenômenos culturais e sociais. Ambas são desencadeadas por um processo histórico que, através discursos impostos como uma verdade, ditam a proibição e a não aceitação (SANTOS, 1999).

Boaventura então descreve que

A regulação da modernidade capitalista se, por um lado, é constituída por processos que geram desigualdade e exclusão, por outro, estabelece mecanismos que permitem controlar ou manter dentro de certos limites de processos (SANTOS, 1999, p.5).

Neste sentido, a presença do universalismo como característica capitalista moderna como dispositivo ideológico, integra a luta pela exclusão e desigualdade social, porém, não acontecendo de forma homogênea, distinguindo em dois tipos: O *universalismo antidiferencialista* que “opera pela negação das diferenças”, ou seja, operando pela homogeneização impedindo comparações culturais complexas e o *diferencialista* “que opera pela absolutização das diferenças”, dito de outra forma, a partir do relativismo que torna a diferença algo incomparável pela ausência de sistema transculturais (SANTOS, 1999, p. 06).

Se para o autor “o primeiro universalismo inferioriza pelo excesso de semelhança, o segundo inferioriza pelo excesso de diferença” (SANTOS, 1999, p. 6). Neste sentido, o universalismo resulta na constante inferiorização de grupos e dos sujeitos sociais, reafirmando a naturalização dos grupos dominantes nas relações sociais. Sendo assim, a modernidade capitalista que luta contra a desigualdade e exclusão, predomina o *antidiferencialista*⁶.

Para a reflexão das análises dos múltiplos conhecimentos produzidos e a relação entre estas, Boaventura afirma que:

O pensamento moderno ocidental é o pensamento abissal. Consiste num sistema de distinção visível e invisível, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As

⁶ O universalismo *antidiferencialista* configura-se como um dispositivo ideológico de gestão, sob a ótica capitalista, que atua na perpetuação da desigualdade e exclusão social, tornando estas a níveis aceitáveis. Isso porque, nas configurações capitalistas, o Estado dispõe de mecanismos de combate a desigualdade e exclusão sociais através das políticas sociais, neste caso, nega-se às necessidades particulares, especificidade culturais e outros aspectos, cria-se políticas culturais e compensatórias homogêneas, como o combate à pobreza através das

distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível (SANTOS, 2007, p. 71).

Neste sentido, o autor então expõe a impossibilidade da existência mútua entre os dois lados da linha, sendo que a presença mais explícita dos pensamentos abissais para o autor se constitui no campo do conhecimento e dos direitos modernos. No campo do conhecimento, a ciência constituiu-se legítima e verdadeira em detrimento aos outros conhecimentos que, produzidos pelos sujeitos socioculturais são reduzidos à magia, senso comum ou objeto de análise da própria ciência, atribuindo crítica ao colonialismo, com a articulação da linha abissal presente na sociedade ocidental e que está intimamente ligada à estrutura política e cultural que compõem o processo excludente e constituidora do sistema mundial (CANDAU, 2016).

No que tange o direito moderno, Boaventura destaca o legal e o ilegal, estabelecido pelo Estado, sendo esta uma distinção universal, tona-se fator que deixa de lado formas impensáveis de outros sistemas de organizações (SANTOS, 2010).

Para tal superação Boaventura destaca a necessidade de reconhecer o fenômeno e sair da mordomia da monocultura da ciência, que para tanto é o que universaliza e valida o pensamento como sendo verdadeiro. Boaventura descreve que

A ecologia dos saberes nos capacita para uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos e nos previne para aquilo que não sabemos e é ignorância nossa, não ignorância em geral (SANTOS, 2010, p. 66).

Neste sentido, promover a relação dos saberes científicos e dos outros saberes, não os negando e pondo em diálogo com a premissa da existência e comunicação mútua entre os saberes postos, tais como os negados seja pela própria sociedade e principalmente pela escola, como é o caso dos grupos subalternizados (CANDAU, 2016).

Destarte, em uma perspectiva dos conceitos de Boaventura, destacam-se dois fatores que tange os programas sociais e a educação. Primeiramente, a universalização *antidiferencialista* propõe refletir na reprodução das desigualdades sociais em níveis mais toleráveis com a criação de programas, sem levar em consideração as subjetividades culturais, regionais e outros. Neste sentido, justificando através da cidadania política, cria-se programas universalizados no qual negam o particularismo dos grupos em seus diferentes contextos.

Nessa ótica, alguns grupos são impactados (indígenas, imigrantes estrangeiros e camponeses) uma vez que homogeneização cultural desconfigura suas diferenças. Assim, essas políticas visam manter a coesão social sem que gere a desilusão pelas políticas assistencialistas estatais e nisso manter a desigualdade a níveis toleráveis.

O segundo ponto a destacar, no que tange os conceitos trabalhados por Boaventura, é a educação. A prevalência de um conhecimento hegemônico ou pelo menos, que não leva em consideração o “outro lado da linha” configurado acerca do campo do conhecimento. Assim, com a ciência como modelo de conhecimento verdadeiro, a redução dos conhecimentos dos sujeitos está ligada ao processo excludente estrutural (política e cultural). A exclusão do conhecimento produzido pelo sujeito em detrimento do conhecimento científico e hegemônico, pode impossibilitar o conhecimento do próprio sujeito e suas subjetividades, bem como assegurar uma estrutura pautada na exclusão e desigualdade social perpetuando que crianças e adolescentes permaneçam subalternizados.

No âmbito do espaço institucional, seja educacional ou não, a hegemonia do conhecimento é tão marcante e ao mesmo tempo tão internalizada que quase não percebemos. Desde os agentes que exercem funções, como os educadores, e os sujeitos inseridos que são educados com tal conhecimento.

Os sujeitos inseridos educados, mencionado anteriormente, não são papéis em branco, estes partem de um lugar e de um tempo, que os delineiam em muitos aspectos como a forma de falar, o pensar e até o agir, assim também são os agentes.

As instituições públicas, sob regimento burocrático do Estado, podem exercer diferentes funções, sejam eles no âmbito da saúde, educação, cultural, psicológico, dentre outros. A forma de organização administrativas, tais como: regras, critérios, normas, diretrizes e outros, podem ser compreendidas como uma forma de reger o bom funcionamento do sistema. Destarte, devemos também destacar as inter-relações sociais entre os vários sujeitos dentro desses espaços e as formas como estes se organizam, desde a inserção dos sujeitos, as escolhas das atividades e outros.

3. PROJETO MÃOS AMIGAS EM CAXIAS, MARANHÃO

A partir das décadas de 1980 e 1990 o Estado brasileiro abrange de forma significativa o leque dos direitos sociais impactando diretamente com as políticas. Com o objetivo de ampliar o acesso e oportunidades para todos e superar as indulgências, riscos sociais e vários outros problemas, que em parte ou totalmente iniciavam na esfera privada, o Estado, abrangeu a interferência da vida social para garantir esses direitos (CARDOSO JR; JACCOUD, 2009).

As políticas sociais passaram a ser responsabilidade do Estado na sua esfera federal, estadual e municipal, ocorrendo a descentralização a partir da promulgação da Carta Magna de 1988, resultando nos estados e entes federados uma maior autonomia pelo planejamento e execução de diversas políticas públicas dos mais variados campos (ARAÚJO, 2015).

Assim, a cidade de Caxias, município do estado do Maranhão situada na mesorregião do leste maranhense e na microrregião do Itapecuru, a cidade a qual iniciou com os povos originários das comunidades indígenas do Timbiras e Gamelas, possui atualmente uma estimativa populacional de 166. 159 mil habitantes, sendo a quinta maior cidade em termos populacional no estado segundo IBGE, 2022.

A cidade de Caxias possui diversos equipamentos⁷ sob administração da Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Popularmente conhecida como “princesa do sertão maranhense” traça em seu cenário várias estruturas e monumentos que fazem parte da história da cidade e é sob este cenário que se encontra o projeto Mãos Amigas, situado na Avenida Alvorada, s/n, no bairro Mutirão⁸.

O projeto atua de acordo com o regimento do serviço de proteção básica através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, sob tipificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Salienta-se a notoriedade da segregação da denominada política de assistência à criança e adolescente no Brasil, no que compete à classe social. Ao longo da história brasileira, as leis criadas evidenciaram a diferenciação que o Estado fazia nas políticas destinadas ao público infanto-juvenil e a forma que elas a afetam dependendo de sua classe social.

⁷ Equipamentos aqui mencionado competem aos diversos serviços sociais ofertados pela Secretaria de Assistência Social, sejam eles programas ou projetos.

⁸ O bairro Mutirão está situado na zona oeste na cidade de Caxias, com 23 ruas e vias. Sua localização também reflete no distanciamento dos principais pontos de acessos e nos altos índices de problemas sociais relacionado como o a violência, infraestrutura, segurança e lazer.

O fato é que o ECA a partir do reconhecimento da criança e adolescente como sujeito de direito, possibilitou a criação de conselhos, promotorias, secretarias de assistência, conselhos tutelares, garantindo o direito cidadão da criança e adolescente (FALEIROS, 2002).

Com a garantia da CF de 1988, a descentralização político-administrativa garantiu que os municípios, entes federados autônomos, pudessem atuar no atendimento de crianças e adolescentes podendo obter recursos financeiros da União cuja finalidade seja investir em políticas públicas na sociedade local. (SARAINÉ; ARAÚJO, 2020). Sarainé e Araújo (2020), destacam algumas diretrizes importantes na garantia dos direitos por meio das organizações representativas vigente no ECA:

Vale ressaltar algumas linhas de ação e diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente são traçadas nos artigos 87 e 88 do referido Estatuto, respectivamente, sendo que aquelas são: as políticas sociais básicas; os serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; e outras, e que estas são: a municipalização do atendimento; a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; e outras (SARAINÉ; ARAÚJO, p. 60346, 2020).

Com o marco da CF/88, houve uma nova regulamentação da Assistência Social através da Lei Orgânica da Assistência Social. Assim, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) passou a definir assistência social “como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (PNAS, 2005, p.31)

A rede de proteção da política de assistência social está organizada por tipo de proteção que vão de acordo com a natureza de proteção e por níveis de complexidade de atendimento: proteção básica e especial. Assim, o CRAS oferta serviços básicos e especializados em suas unidades municipais (PNAS, 2005).

Segundo Ministério da Cidadania (2015) são categorizados em três tipificações que fazem parte do serviço de proteção básica: PAIF; SCFV; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

A PAIF tem como objetivo apoiar famílias, prevenir rupturas de laços e promover o acesso aos direitos, havendo como público alvo as famílias em situação de vulnerabilidade social. O SCFV ofertado pelo projeto organiza-se como uma ação complementar ao PAIF, atuando com crianças e adolescentes.

O Projeto Mãos Amigas passou para gestão pública no ano de 2005, administrado pela Secretaria de Assistência Social. No ano de 2012 passou a ser um SCFV. Este programa faz parte do serviço de proteção social básica, atendendo crianças, jovens e adultos (BRASIL, 2015).

O SCFV objetiva a prevenção, afirmação e defesa dos direitos, além do fortalecimento das relações familiares e comunitárias. As atividades do SCFV são organizadas a partir dos grupos de acordo com as faixas etárias, estando organizado em: crianças de 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas (BRASIL, 2015).

Segundo IBGE em uma pesquisa realizada entre 2014 e 2015, a nível nacional existiam 10. 297 unidades de prestação de serviços de assistência social privadas e sem fins lucrativos que prestavam convivência e fortalecimento de vínculos, sendo estes, 105 localizados no estado do Maranhão. A prevalência deste serviço prestado em relação às demais modalidades socioassistenciais se mantém em todas as classes de tamanho da população dos municípios, assim, por meio da Portaria n. 134, de 28.11.2013, instituiu o reordenamento deste serviço em relação à uniformização da oferta, lógica de cofinanciamento, planejamento da oferta de acordo com a demanda, garantia de serviços continuados e otimização de recursos humanos, materiais e financeiros (IBGE, 2015).

3.1. História do projeto

Para efeito desta pesquisa, a princípio, a inserção na sede do Projeto Mãos Amigas, o diálogo com a coordenação, tomou-se conhecimento sobre a criação do projeto, bem como a relação com a igreja Nossa Senhora das Graças, havendo como mentoria o Padre Gianluigi Zuffellato, que à época estava à frente da igreja, o que levou a investigar sobre a essência da criação do projeto.

A história do Projeto Mãos Amigas iniciou a partir de uma inquietação do Pe. Jan juntamente a comunidade paroquial da igreja Nossa Senhora das Graças com as crianças e adolescentes que ficavam ao redor da igreja no ano de 1993. Segundo o padre:

Tinha um grupo ao redor da igreja de Nossa Senhora das Graças, crianças, crianças de rua. Eles tinham famílias, mas a família não estava se importando muito com essas crianças. E aprontava, aprontaram muito, quando tinham missa no domingo, aí eles gostavam de aperrear (Padre Jan, 2022).

A partir do diálogo com uma das crianças, o Pe. Jan pôde compreender a realidade enfrentada por aquelas crianças que ficavam na rua na maior parte do tempo.

Reunido com a comunidade paroquial, Pe. Jan levou a problemática, apresentando a situação dessas crianças com a finalidade de uma solução para aquelas crianças. Sem espaço físico para a realização de atividade com essas crianças, iniciaram na casa paroquial.

Com isso, compreende-se que ação paroquial com as crianças e adolescentes tratou-se de uma filantropia pois “a filantropia é uma ação de caridade dirigida à comunidade, desvinculada do planejamento estratégico da empresa.” (SANTOS, 2004, p. 20). Nessa perspectiva, a ação feita pela comunidade paroquial partia de uma necessidade singular enfrentada.

A compreensão de que a casa paroquial é de domínio e propriedade da igreja católica para hospedar o padre, o projeto Mãos Amigas precisaria de um local próprio. Para isso, Pe. Jan diz:

Mas também na casa paroquial não pode, porque o bispo vai querer colocar um padre com é que faz?! É por isso que começamos a pensar em comprar uma casa ali perto, na travessa Jerusalém, bem perto da igreja, ainda tem a casa. Compramos a casa, reformamos, ajeitamos e aí começou a funcionar o projeto Mão Amigas (Padre Jan, 2022).

A denominação “Mãos Amigas” surgiu pela compreensão de “ser solidário” (Padre Jan, 2022). A compreensão da necessidade de estabelecer uma amizade e solidariedade com as crianças que precisavam de atenção, de acolhimento.

O projeto iniciou as atividades com mais ou menos 8 a 9 crianças, havendo orientações e comida para as crianças e adolescentes. Destaca-se que as crianças que frequentavam o projeto não eram órfãs, ou seja, possuíam famílias, mas que eram desassistidas e passavam a maior parte do tempo na rua.

O Funcionando do projeto acontecia no formato diurno (manhã e tarde). Assim, as crianças frequentavam no contraturno escolar, ou seja, as que estudavam pela manhã frequentavam o projeto pela tarde e vice-versa.

Os trabalhos no projeto começaram voluntário, porém, segundo o Pe. Jan “Porque a turma nos primeiros 15 dias, 1 mês e depois começaram a cansar, depois tínhamos nosso trabalho, aí abandonaram, “e agora gente o que vamos fazer?” (Padre Jan, 2022). Nessa ocasião, o projeto recebeu ajuda do médico Humberto Ivar Araújo Coutinho, que financiava 2 monitores para que pudessem acompanhar as crianças no projeto.

Faziam parte das atividades a confecção de terços. Essa ideia nasceu para que as crianças pudessem manter o maior tempo dentro do projeto ao invés da rua. A confecção dos terços se dava de forma que, a cada terço confeccionado as crianças recebiam em média 0,50 centavos.

Com a confecção dos terços, eram feitas doações para os fiéis que frequentavam a igreja. Além da doação, essas atividades impactam nas famílias das crianças que, segundo Pe. Jan, alguns pais relataram na ajuda do valor levado pelas crianças para casa “padre o menino levou lá pra casa 12 reais, ajudou muito” e prossegue “bom, de qualquer jeito isso aí era dinheiro que a gente passava pra eles” (Padre Jan, 2022). Porém essa prática, posteriormente foi proibida pelo poder público sobre alegação de trabalho infantil.

Com a substituição das atividades com os terços, foram trabalhadas pintura, desenhos e reforço escolares, não havendo qualquer remuneração no projeto.

Os trabalhos feitos pelo projeto despertavam os olhares dos pais na comunidade que queriam inserir seus filhos nas atividades do projeto. Segundo o Pe. Jan, a ideia do projeto era atender crianças que tinham problemas familiares, escolares ou sociais. Segundo o Pe. Jan:

Depois quando as famílias ao redor queriam botar os filhos lá dentro, aí eu digo “não, aqui não é a finalidade”. Até que eu tinha falado com o diretor e professor da escola: “olha, nós queremos ajudar vocês também mas queremos aquelas crianças que dão problemas, aqueles que são bonzinhos não é o lugar deles, mas aqueles que dão problemas na escola, que tem problemas familiares, aqueles que os pais não conseguem dominar.” (Padre Jan, 2022)

Com a posse do prefeito Doutor Humberto Ivair Araújo Coutinho no ano de 2005, a quem já financiou dois monitores anteriores ao cargo político, propôs ampliar o projeto e dispôs mais dois monitores, mas ainda com a direção da igreja sob representação do Pe. Jan.

A ampliação do projeto consistiu também na quantidade de crianças e adolescentes envolvidas. Com isso, houve a realocação do projeto, antes situado na Travessa Jerusalém, passando para Avenida Alvorada, s/n, no bairro Mutirão. No espaço funcionava um outro projeto chamado Roda Moinho, sobre a organização da Pastoral da Juventude (PJ). Com essa mudança física, a Secretaria de Assistência Social, hoje denominada de Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, tomou cargo das funções do projeto.

O Projeto Mãos Amigas, ainda sobre a gestão do Pe. Jan, atendia crianças e adolescentes desassistidas em grande parte do tempo pelos pais, contribuindo na comunidade local. Para além da comunidade, proporcionando segurança às crianças que passavam maior parte do tempo nas ruas, assegurando também alimentação.

A mudança para a gestão pública não apaga a história do projeto e nas ações que desenvolveu ao longo dos anos, segundo Le Goff “A memória, [...] procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro [...]” (LE GOFF, 2003, p. 471).

A atuação do projeto mãos amigas com as crianças e adolescentes nasceu a partir da observação da comunidade paroquial pela necessidade de resolver o problema da desassistência infantil que cercava as paredes da igreja Nossa Senhora das Graças.

A partir da posse do então prefeito Humberto Ivar Araújo Coutinho no ano de 2004, a qual financiava 2 monitores, anteriormente ao cargo de chefe do executivo, decidiu ampliar o quantitativo de crianças e adolescentes no projeto. Esta ação resultou na mudança do projeto de prédio físico para que pudesse atender um maior número do público alvo e na atuação como política pública no ano de 2005.

3.2. Sobre o projeto

Com aplicação dos instrumentais de entrevista com a equipe técnica no mês de julho de 2022 e análise documental, obteve-se as seguintes informações: o Projeto Mãos Amigas, sendo ofertado SCFV, atende crianças e adolescentes, devidamente matriculados em uma instituição escolar, e que sejam de baixa renda registrada no Cadastro Único. A denominação dada às crianças e adolescentes que frequentam o projeto é de “usuários”.

Para efeito da discussão, de acordo com Art. 2º que dispõe sobre o ECA, considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

Com base no período da realização da pesquisa, em julho de 2022, faziam parte do quadro de funcionários do projeto: 3 vigilantes, 4 orientadores sociais, 1 auxiliar administrativa, 2 auxiliares de limpeza, 1 manipuladora de alimentos, 1 professor (a) de dança, 1 professor (a) de esporte e 1 professor (a) de capoeira. O funcionamento acontece de segunda a quinta-feira, sendo a sexta-feira o dia para o planejamento.

O Projeto Mãos Amigas funciona de segunda a sexta-feira, em dois turnos, pela manhã de 8:00h às 11:00h e a tarde das 14:00h às 17:00h. Uma vez por mês nós temos intervenção do CRAS do bairro, que é o CRAS – Mutirão/ João Viana.

Um dos critérios utilizados para inserção das crianças e adolescentes no espaço são crianças de baixa renda que se encontram em vulnerabilidade. A partir do período da pesquisa, estavam matriculados 87 crianças e adolescentes manhã e tarde, sendo o público do sexo masculino e feminino.

Além do acompanhamento escolar, o projeto desenvolve atividades como aula de capoeira, dança, atividades esportivas e procuram estabelecer parcerias com a Unidade Básica

de Saúde (UBS) e a ronda militar para que pudessem palestrar sobre diferentes temáticas como: gravidez na adolescência, drogas e violência.

O acompanhamento escolar no projeto se dá pelo reforço nas tarefas de casa encaminhadas pela escola. Na ausência de tarefas de casa, é feita atividade elaborada pelos próprios orientadores sociais.

A educação desempenha um papel no desenvolvimento de uma sociedade democrática, tendo em vista a existência de grandes divergências, tais que afeta toda a coletividade, seja para o benefício ou malefício de determinados grupos sociais. Segundo Weffort (1967, p.12) “A grande preocupação de Paulo Freire é que haja uma responsabilidade social e política partindo da educação”. Para o autor deve haver uma coerência entre a educação, o meio social e político, destacando a importância da alfabetização, mas deixa claro também uma grande importância no que vai ser chamado de “libertação consciência”, não como uma forma de ideologizar, mas como uma forma de mostrar e alertar como todo um processo histórico deixou o povo de fato a margem.

As atividades referentes a oficina de dança e de capoeira acontecem em dias diferentes, ficando a critério da criança e do adolescente a escolha. Quando alguma criança ou adolescente recua frente alguma atividade, procura-se dialogar, identificar e trabalhar a resistência na inserção da atividade.

O projeto procura estabelecer parcerias com diferentes entidades para com a finalidade de que diferentes profissionais possam estar palestrando a parte dos conhecimentos da respectiva área para os assistidos. Pode-se observar no Quadro 1 as diferentes profissionais que estiveram palestrando no projeto nos anos de 2018 e 2019

Quadro 1. Palestras feitas por multiprofissionais na sede do Projeto Mãos Amigas entre 2018 e 2019. Caxias – MA, Brasil. 2023.

DATA	PROFISSIONAL	ASSUNTO
11/05/2018	Estagiários do Centro Universitário de Ciência e Tecnologia do Maranhão (UNIFACEMA)	Atividade de nutrição
15/09/2018	Psicólogo	Prevenção do suicídio. Intervenção do CRAS
19/09/2018	Psicólogo	Intervenção com o técnico do CRAS
25/10/2018	Profissional da área de odontologia	Palestra com o profissional da área e aplicação de flúor nos assistidos
29/11/2018	Psicólogo	Intervenção com o técnico do CRAS

13/02/2019	Psicólogo	Gravidez na adolescência
21/02/2019	NASF- UBS Mutirão	Gravidez na adolescência e DST'S
20/03/2019	Psicólogo	Perigo da exposição na internet
24/05/2019	Ronda escolar	Assuntos diversos: Drogas, violências, entre outros.
11/06/2019	Conselho tutelar	Combate ao trabalho infantil
12/09/2019	UBS – Mutirão e CAPS IJ	Não consta

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Essas palestras reforçam e potencializam a tentativa de reflexão por parte das crianças, o trabalho por meio de forma educativa busca transformar a realidade que muitas dessas crianças estão inseridas através de rodas de conversas mostrando as realidades.

A partir do que discute Bourdieu (1989) acerca do capital cultural, a partir da vivência e a relação de comunicação dos sujeitos, pode gerar sobre estes a consciência da violência simbólica sofrida, proporcionando o “poder simbólico de subversão”.

As atividades realizadas pelo projeto desenvolvidas vão além dos muros físicos do local. A seguir no Quadro 2, demonstram as atividades feitas fora da sede do projeto Mãos Amigas do ano de 2018, 2019 e 2021 de acordo com o relatório anual do projeto.

Quadro 2. Atividades externas à sede do projeto no ano de 2018. Caxias – MA, Brasil, 2023.

DATA	ATIVIDADE REALIZADA	LOCAL
01/03/ 2018	Apresentação no grupo de dança	Feirinha da Gente
07/04/2018	Apresentação do grupo de dança	UEMA
18/04/2018	II campeonato de futebol	Ginásio João Castelo
20/04/ 2018	Apresentação do grupo de dança	Centro comunitário infantil- Volta redonda
27/04/2018	Apresentação do grupo de dança	Praça da Chapada
28/ 04/ 2018	Apresentação do grupo de dança africana	Em Codó no Instituto Mestre Bitá do Barão (IMEBB)
03/ 05/ 2018	Visita ao Mirante da Balaia	Mirante da Balaia
06/ 05/ 2018	Apresentação do grupo de dança africana	Feirinha da Gente
17/ 05/ 2018	Apresentação do grupo de dança	Praça da Chapada
06/06 / 2018	Apresentação do grupo de dança	Ginásio João Castelo

15/ 06 / 2018	Apresentação do grupo de dança de Carimbó	Lar da Divina Providência
21/ 06/ 2018	Apresentação do grupo de dança de Carimbó	No arraial do Centro Comunitário
23/ 06/ 2018	Apresentação do grupo de dança de Carimbó	Na vila junina “No parque da cidade”
24/ 06/ 2018	Apresentação do grupo de dança de Carimbó	No arraial do Campo de Belém
10/ 08/ 2018	Momento de lazer	Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB)
10/ 08/ 2018	Apresentação do grupo de dança	CJ Volta Redonda
19/ 08/ 2018	Apresentação do grupo de dança	Feirinha da gente
24/ 08/ 2018	Apresentação do grupo de dança	CJ Castelo Branco
26/ 08/ 2018	Apresentação do grupo de dança	Feirinha da gente
30/ 08/ 2018	Sessão de cinema (Santander)	Mirante da Balaçada
07/ 09/ 2018	Desfile Cívico	Praça Pantheon
09/ 11/ 2018	Momento de lazer	AABB
19/ 08/ 2018	Apresentação do grupo de capoeira	Escola Ruy Frazão
20/ 11/ 2018	Apresentação do grupo de dança africana	Centro Paroquial São Francisco
23/ 11/ 2018	Apresentação do grupo de capoeira	Escola João Viana
24/ 11/ 2018	I gincana Sou Social	Ginásio João Castelo
05/ 12/ 2018	Apresentação do grupo de dança africana	Instituto Federal do Maranhão (IFMA) - Campus Caxias
14/ 12/ 2018	Entrega dos presentes para os assistidos	Praça da Pantheon

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Dentre as atividades desenvolvidas externas à sede do projeto Mão Amigas no ano de 2018, estão apresentação de dança, apresentação de capoeira, campeonato esportivo, participação em gincana, recebimentos de presentes e momentos de lazer.

O Quadro 3 abaixo demonstra as diferentes atividades desenvolvidas pelo projeto Mãos amigas externa ao espaço físico no ano de 2019:

Quadro 3. Atividades externas à sede do projeto no ano de 2019. Caxias – MA, Brasil, 2023.

DATA	ATIVIDADE REALIZADA	LOCAL
08/ 03/ 2019	Apresentação do grupo de dança	Praça da Chapada
09/ 05/ 2019	Apresentação do grupo de dança	Centro Comunitário

18/ 05/ 2019	Participação da charanga no dia “D” da campanha maio laranja	Centro da cidade
12/06/ 2019	Participação nos Jogos escolares	Ginásio João Castelo
02/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	Feirinha da gente
02/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	Esquentá zé da roça
12/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	Abertura dos jogos escolares
14/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	CJ- Ponte
18/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	Centro comunitário
19/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	CCI Cohab
19/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	Lar da Divina Providência
19/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	
25/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	CRAS/ UBS Itapecuruzinho
25/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	CJ – Volta Redonda
26/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	CJ – Castelo Branco
27/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	Escola Teodomiro Carneiro
28/ 06/ 2019	Apresentação do grupo de dança de carimbó	Parque do povo
30/ 06/ 2019	Encenação da campanha contra o trabalho infantil	Feirinha da gente
01/ 11/ 2019	Intersocial	Ginásio Mundico Santos
04/ 11/ 2019	Apresentação do grupo de dança de africana	UNIFACEMA
08/ 11/ 2019	Intersocial	Ginásio Mundico Santos
29/ 11/ 2019	Final do Intersocial	AABB
11/ 12/ 2019	Comemoração com os participantes medalhistas do I Intersocial	Pizzaria
12/ 12/ 2019	Passeio pela cidade no “Natal Iluminado”	Pontos turísticos pela cidade
13/ 12/ 2019	Entrega dos presentes “Natal dos correios e SMDS”	Praça do Pantheon

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No ano de 2019 uma das atividades foram em sua grande maioria apresentação de dança, mas também houveram participação em campeonato esportivos e momento de lazer como

passeio pela cidade no “natal iluminado” período em a prefeitura municipal enfeita vários lugares na cidade com e luzes de natal, principalmente no centro da cidade.

Quadro 4. Atividades externas à sede do projeto no ano de 2021. Caxias – MA, Brasil, 2023.

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
01/ 12/ 2021	Ensaio para o desfile natalino	Praça da chapada
02/ 12/ 2021	Desfile natalino	Centro da cidade de Caxias
17/ 12/ 2021	Passeio natalino	Centro da cidade de Caxias
22/ 12/ 2021	Desfile natalino	Centro da cidade de Caxias

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os trabalhos no ano de 2020 foram suspensos devido à pandemia do COVID-19, assim, as atividades ocorreram em seu formato remoto. Já no ano de 2021, no relatório anual, as atividades externas estiveram concentradas em ensaios, desfiles natalinos e um passeio natalino, a qual a cidade durante o período de dezembro é enfeitada com luzes e enfeites de natal em alusão a data.

Desse modo, analisou-se que, das atividades externas ao projeto nos anos entre 2018, 2019 e 2021, 72% das atividades foram de apresentação de capoeira e danças como carimbó e dança africana; 20% foram momentos de lazer como passeios e outros; 8% foram participação em campeonatos esportivos.

Como pode-se observar, o projeto desenvolveu várias atividades externas e que essas atividades reforçam as crianças e adolescentes a vivência de outros meios socializadores, pois do ponto de partida da organização do espaço urbano, a distribuição geográfica no qual as famílias estão inseridas influencia fortemente na segregação e a falta de políticas públicas de alojamento acabam por perpetuar ainda mais essa realidade construindo espaços vazios de referências (SILVA, 2017).

Conhecer novos lugares é uma forma de proporcionar diferentes referências acerca da realidade. As atividades que são feitas fora do espaço, pluralizam a concepção de mundo das crianças e adolescentes.

Ao refletirmos Bourdieu (1992) de como ações no campo da educação assegura um sistema pautado na exclusão e desigualdade social a bens e serviços, dificultando a emersão da situação de quem vive na pobreza, gerando sobre estes o sentimento de insuficiência ou incapacidade. Acesso à cultura, lazer e outros, neste caso, pode ser compreendido como dispositivo de imersão da realidade do sistema de imposição

Faz parte das ações desenvolvidas pelos agentes as buscas ativas. Esta por sua vez tem o objetivo principal o retorno das crianças e adolescentes que deixaram de frequentar o projeto.

3.3. Percepção dos agentes sociais envolvidos

Passamos agora a demonstrar a partir das falas das múltiplas concepções dos agentes sociais entrevistados e que atuam no projeto no período desta pesquisa que ocorreu em julho de 2022, sendo esses identificados a partir da função exercida pelos agentes, sendo: coordenadora, auxiliar administrativa e orientadora social⁹. A discussão também aborda a narrativa do Padre Jan.

Os discursos são uma ferramenta imprescindível de análise, pois, como discute Foucault (1998) o poder está nas relações e gestos do dia a dia, passando atuar no sujeito sob diferentes mecanismos sutis, sejam estes até mesmo os discursos dos diferentes agentes sociais.

O início do projeto partiu de uma necessidade observada pelo Padre e os paroquianos em ter um espaço físico que retirasse as crianças e adolescentes que passavam a maior parte do tempo nas ruas. A violência física não estava distante destes sujeitos.

A tal ponto que o Gerson, quando ele tinha 16 anos, depois que saiu, mudaram pra lá, ele foi defender um amigo dele numa briga e o rapaz que estava brigando com um facão matou o Gerson. A polícia nem foi atrás, era menino de rua (Padre Jan, 2022).

Neste sentido, Weber discute que apenas o Estado possui uso legítimo da violência, ou seja, nenhum grupo ou sujeito nesse território poderá fazer o uso da violência a não ser pela própria tolerância do Estado (WEBER, 1982).

A violência sobre as crianças não acontece apenas pelo âmbito físico. Esta pode se manifestar de diferentes formas, a partir das realidades que os sujeitos.

A realidade dos sujeitos inseridos no projeto atualmente, são em grande parte conhecidos pelos agentes a partir das buscas ativas feitas. Esta por sua vez tem o objetivo de “resgatar” os usuários que deixaram de frequentar o projeto. De acordo com análise feita através das entrevistas, pode-se observar que em muitos casos, há a ausência do diálogo ou até mesmo de resistência do grupo familiar e do projeto.

⁹ A identificação dos agentes sociais pelos cargos exercidos foi posta apenas em termos de organização, distanciando-me da hierarquização por cargos e salientando que esses agentes sociais, como discute Bourdieu (1989), são agentes atravessados pelo conhecimento da realidade social impostos pelos mecanismos dos sistemas simbólicos constituído de seu tempo, espaço e realidade social. portanto, o poder simbólico dos agentes não se dá apenas pelas suas funções exercidas dentro do projeto.

O projeto não adentra aos problemas dos familiares, estando a cargo do CRAS visitar os lares a partir dos problemas identificados pelo projeto. Salienta-se que durante a pandemia do COVID-19, as ações do projeto foram bastante limitadas devido às exigências do momento.

Segundo Aylanna da Silva Costa, coordenadora CRAS, discorre que a unidade é a porta de entrada das famílias para a Política de Assistência Social. O objetivo da unidade está pautado na promoção do acesso aos direitos sociais das famílias ou sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade ou risco social, atuando em parcerias com rede de saúde e educação dentre algumas instituições privadas que nos procuram para atividades.

O CRAS Mutirão/ João Viana ofertam atendimento com o advogado, nutricionista e atendimento técnico com assistentes sociais e psicóloga. Assim, atendendo e acompanhando grupos familiares de forma direta e indireta através do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, atividades envolvendo grupos familiares, cadastro, recadastramento e atualização cadastral.

As famílias atendidas pelos CRAS são aquelas cuja renda mensal total é de até três salários mínimos. Família com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo. Pessoas que moram sozinhas e pessoas que vivem em situação de rua.

Em consonância com o Art. 2º da Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011, que prevê em seu artigo os objetivos da assistência social. Assim,

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 2011).

Sarmiento (2010) afirma que a pobreza das crianças é resultado de um fator multifatorial resultante das determinações sociais que, por muito, identifica os problemas dos pais, que é resultado e consequência de uma sociedade desigual.

Nesse sentido, as desigualdades inerentes à pobreza e suas facetas, vivenciadas pelo projeto o projeto Mãos Amigas ocorreu não somente da criança, mas dos pais. Mesmo com os direitos fundamentais proclamados, os problemas sociais ocasionam na desigualdade de acesso aos bens e serviços (SARMENTO, 2010).

A pobreza infantil não se distancia da pobreza vivenciada pelos pais, ou seja, um fator inerente e que estão intrinsecamente ligados (SARMENTO, 2010). Assim, o projeto já vivenciou casos de membros dos grupos familiares solicitarem ajuda por falta de alimentos básicos para a subsistência.

As despesas de alimentos no projeto são feitas a partir do quantitativo de usuários frequentando o espaço, este pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMDS). A manutenção do material alimentício é feita semanalmente. A ocorrência específica contemplou não somente o usuário do projeto, mas impactou diretamente no grupo familiar.

A ação imediata para sanar o problema relatado, resultou na montagem de uma cesta básica a partir do material no projeto, a partir da compreensão da gravidade e da necessidade da situação

Quando aconteceu esse episódio da mãe dizer que não tinha o que comer, eu liguei para a secretaria e falei que iria está retirando do nosso estoque, fiz uma cesta e entreguei. Porque era uma coisa bem rápida, porque até eu seguir aquele procedimento todo burocrático, é aquela coisa, a fome não espera, se fosse alguma outra coisa dava pra fazer essa coisa mais formalizada (Projeto Mãos Amigas A, 2022).

A expansão do Estado, e as complexidades que os problemas vão adquirindo, provoca uma espécie de obstáculo no processo de democracia direta. Isso porque, com as resoluções que o Estado tende a tomar frente aos problemas, o cidadão acaba sendo distanciado das decisões essenciais da sociedade (SELL, 2015).

Esses casos vivenciados não se deram apenas com uma família. Durante a pandemia do COVID-19, a distribuição de cestas básicas foi intensificada mediante a suspensão das atividades presenciais que exigiam o momento. Com os alimentos que chegavam ao projeto, foram montadas cestas e distribuídas às famílias das crianças e adolescentes do projeto. No entanto, os problemas provocados pela falta de alimentos não são exclusivos do bairro Mutirão, neste aspecto, priorizavam famílias mais vulneráveis da falta de subsistência alimentícia.

Nesse sentido, a pobreza como fator de uma sociedade desigual expõe uma série de problemas, assim, alguns desses problemas podem ser identificados dentro mesmo do projeto. Um fator muito importante na identificação das facetas da pobreza e dos problemas relacionados aos problemas vivenciados pelas crianças e adolescentes é o ato de ouvir, em proporcionar às crianças em ser escutado. A atenção à criança e adolescente proporciona a esse público a importância como sujeito.

A gente sempre procura está dando o melhor para eles, aquele carinho, está escutando, está dando aquela atenção, porque notamos isso, aquela necessidade de ser escutado, de ser notado, de se achar importante. Tem criança e adolescente que às vezes tem receio de chegar e abraçar (Projeto Mãos Amigas A, 2022).

Os trabalhos de escutas se constituem como uma das principais ações desenvolvidos pelos agentes para identificação de muitos problemas atrelado a realidade dos sujeitos, como destaca a orientadora social

Trabalhar com crianças que são vulneráveis, é preciso ter muito malabarismo, tem que compreender. Quando você é paciente, saber ouvir, eles chegam e se abrem. (Projeto Mãos Amigas C, 2022).

A compreensão da situação de vulnerabilidade das crianças e adolescentes que frequentam resulta concepção de dever a partir do trabalho conjunto com a finalidade de assegurar a proteção desses sujeitos.

Todos nós somos responsáveis, não vou jogar a responsabilidade só para os pais, nem para prefeitura, e nem para secretaria de assistência porque é um trabalho em conjunto, é o trabalho da assistência, é o trabalho do projeto em si e dos funcionários e é um trabalho da família e da comunidade (Projeto Mãos Amigas C, 2022).

De acordo com o ECA, prevê no Art. 4º a integral responsabilidade do Estado, da família e da sociedade a proteção dos sujeitos quanto a integridade em

Dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A vulnerabilidade pode ser estendida não somente pelas questões materiais, mas também a afetividade e a falta de incentivo “muitas dessas crianças e adolescentes são carentes de afeto e falta de incentivo para eles estarem e ir em busca dos seus objetivos” (Projeto Mãos Amigas B, 2022).

Assim, o trabalho que parte da abordagem da realidade do próprio sujeito é imprescritível levando em consideração o conhecimento do próprio sujeito

(...) então a gente é flexível, vamos trabalhando de acordo com, por exemplo, está falando só palavras pejorativas, a gente volta e vamos trabalhar em cima daquilo ali. Porque não adianta a gente trabalhar só coisas que estão distantes da realidade deles, se não fica chato (Projeto Mãos Amigas C, 2022).

Boaventura (2010) destaca que é necessário sair da monocultura do conhecimento hegemônico e promover a relação de saberes, entre o científico e os outros saberes, a fim de

superar a redução e exclusão dos conhecimentos produzido pelos sujeitos, no qual está ligado ao processo excludente estrutural (político e cultural).

No campear da pesquisa, foi necessário a ativação do diário de campo, resultado de uma conversa ocorrida com as mães que possui dois filhos que frequentam o projeto até a data desta pesquisa. A entrevista aconteceu no formato de “conversa informal” em consonância ao que Bourdieu (2008) discute acerca da violência simbólica acometidos pelos interlocutores, isto para evitar um “interrogatório” burocrático.

Assim, a mãe contou que é moradora de um bairro vizinho e que dois dos seus três filhos frequentam o projeto Mãos Amigas. No contraturno ao horário escolar, se deslocam andando para estar levando e buscando as crianças ao projeto.

Como parte da renda familiar, além do benefício do programa bolsa família, trabalha no ramo informal como forma de complementar tal renda.

Destarte, a partir dos diferentes discursos dos sujeitos, sejam eles do projeto ou das famílias assistidas, evidenciam-se as diferentes realidades, concepção e o ver do mundo em sua subjetividade. Castro e Abramovay (2002), salientam que as novas análises sobre vulnerabilidade social partem de um conceito não mais redutível às análises de posições e estruturas estáticas, mas busca compreender as subjetividades e contextos sociais dos diferentes.

4. DOS DADOS À REALIDADE DO PROJETO MÃOS AMIGAS

A pobreza configura-se como uma categoria complexa que, ao longo dos anos, várias concepções formaram diferentes teorizações acerca do fenômeno (NIS, 2019). Apesar de que em modo geral a pobreza possa ser concedida como a “falta” de elementos básicos para manutenção da vida ou da falta dos direitos da cidadania política, como discorre Scheeffer (2013), esses dois pontos apesar de obscuro constituem-se elementos importantes nas diferentes teorizações e que podem ser detectados nos mais variados estudos sobre o fenômeno. De tal modo, o primeiro ponto é denominado na “dimensão econômica” e o segundo na “dimensão política”, em ambos a pobreza é constituída como negativa.

Segundo Garcia (2005) enfatiza que na dimensão econômica está pautado na “falta de recursos materiais para manutenção da vida” (2005, p. 78). Embora se aproxime da dimensão política, é possível fazer distinção em termos de ênfase.

Corroborando com essa concepção Diniz e Arreaz (2003), ao discutirem acerca de que a pobreza econômica esteja pautada no caráter material, pressupõe que quando uma renda for insuficiente, esta pode ser um fator determinante e limitador de aquisição e consumo. Já Rocha (2001) corroborando com tal concepção, destaca que a pobreza pode ser destacada sobre uma diversidade de sintomas, mas que o mesmo está sempre associado a insuficiência de renda. Esse modo de interpretação da pobreza é denominado de pobreza unidimensional.

Essa concepção sobre o fenômeno sofre duras críticas, uma vez que, pensar nesse viés, pressupõe pensar que o problema dos sujeitos pobres está pautado exclusivamente na insuficiência de renda para manutenção própria, assim, justificando-se nos baixos indicadores de assistência e como solução bastaria manter esses sujeitos a nível de sobrevivência (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Outro modo de conceituar a pobreza relaciona-se à dimensão política a qual está pautado no âmbito multidimensional. Demo (1996) enfatiza que a discussão sobre a pobreza não estaria centrada nas questões da insuficiência de renda, apesar de ser um constituinte decisivo sobre os sujeitos, mas por exclusão política. Em convergência com tal pensamento Telles (2001, p. 5) afirma que

Telles (2001, p. 51) afirma que: No horizonte da cidadania a questão social se redefine e o pobre, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isto sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de negação de direitos.

Sen (2000) discorre que a pobreza pode ser compreendida como privação das capacidades básicas e que esta não se constitui associado apenas à questão da renda inferior estabelecida socialmente. Segundo preceitos teóricos do autor, a privação constitui como ausência de liberdade substanciais a uma série de restrições como de bens de consumo e serviço, inaptidão física para desenvolver determinadas atividades e o não acesso à educação, dos direitos civis e políticos.

No Brasil, houve uma diversidade de estudos a partir da renda foram empregadas para mensuração da pobreza a partir dos dados quantitativos censo do IBGE. Destarte, com o passar dos anos e com os dados fornecidos no censo mencionado, novas formas e conceitos de mensurar a pobreza foram empregados, como o da pobreza multidimensional que estudam aspectos de identificação das privações dos sujeitos ou das famílias não somente relacionado aos aspectos econômicos, mas também atribuindo aspecto político e social a qual são atreladas ausência de liberdade (VIERA et al, 2018).

Small, Harding e Lamont (2011) enfatizam os estudos da cultura como mecanismos de discussões acerca da pobreza e de como ao longo dos anos os estudiosos estiveram preocupados em explicar, a partir da cultura, o comportamento das pessoas pobres. Assim, podemos dividir os estudos desse fenômeno em dois universos: o primeiro estava pautado sob um viés quantitativo e que incluíam sociólogos, demógrafos, cientistas políticos e economistas sob um viés quantitativo. Já o segundo universo, em um âmbito qualitativo, humanistas, sociólogos, antropólogos e historiadores.

Os estudos da cultura para explicação do fenômeno da pobreza dentro do âmbito político, aliás, deve ser palco de preocupação uma vez que os discursos que advém da elite política afetam os sujeitos pobres. Os próprios discursos públicos, sejam dos estudiosos, jornalistas e especialistas, os ativistas, advogados, acadêmicos e profissionais são resultantes de produtos culturais.

Nesse viés, este capítulo propõe analisar não somente os levantamentos estatísticos acerca da pobreza, mas evidenciar os aspectos particulares do espaço a partir das narrativas do projeto Mãos Amigas sobre o fenômeno. De tal modo, a narrativa compõe como ferramenta de sentidos dos sujeitos que as compõem, explanando suas experiências e formando uma corrente sociocultural conferindo a distribuição de poder e desvantagem acerca das estruturas (SMALL; HARDING; LAMONT, 2011).

Utilizei dados para análises a partir da Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas e sem Fins Lucrativos (PEAS) 2014 – 2015, em consonância com os *lócus* da pesquisa, objetivando analisar o funcionamento das instituições sem fins lucrativos de

Assistência Social que prestam serviço do tipo convivência e fortalecimento de vínculos atuante no estado do Maranhão e a relação na atuação com a pobreza infantil.

A parceria entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, resultou na segunda edição da Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos a qual consistiu em duas etapas. A primeira, referente a 2013 e divulgada em 2014, orientou-se por verificar e atualizar dados cadastrais, mapear as entidades da rede privada que pertencem à área de atuação da Assistência Social, e examinar um conjunto de informações básicas. A segunda etapa, a qual é trabalhada no PEAS, se refere às informações coletadas no período de 2014 e 2015, que ampliou de forma mais detalhada a atuação, funcionamento e estrutura das unidades.

As pesquisas desenvolvidas pelo PEAS (2015) investigaram 16.089 unidades que se declararam como prestadoras de serviços de assistência social a nível nacional e que executavam as ações definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Embora se reconheça o relevante lapso temporal entre o último levantamento da pesquisa com o presente trabalho, o recorte dos dados utilizados, e, sua escolha se deve ao fato de ser a fonte mais recente de informação pública com representatividade estatística para os estados brasileiros.

O uso dos dados quantitativos é resultado da postula relação entre as variáveis, números, porcentagens e coeficientes de determinados fenômenos disponibilizando comparações de valores absolutos ou médias para o pesquisador. Essa técnica de pesquisa não exclui o uso da técnica qualitativa e vice-versa, assim por exemplo, para saber quantos sujeitos têm acesso a determinado serviço, entra em cena a técnica quantitativa (OLIVEIRA, 2021).

Sob essa perspectiva, no âmbito da educação informal do projeto social do tipo SCFV com crianças e adolescentes na faixa de 06 a 17 anos de idade, existe critério para inserção do público alvo no espaço, que está relacionado à matrícula regular na escola.

As variáveis trabalhadas e levadas em consideração se deram a partir dos dados empíricos analisados em campo, assim, buscando trabalhar o mais próximo do nível territorial das crianças e adolescentes do projeto Mãos Amigas para efeito dos pontos destacados pelos agentes entrevistados.

Segundo Oliveira, (2021), a ética em uma pesquisa científica é imprescindível, é necessário que o pesquisador explicita realmente o fenômeno como realmente ele é, a exemplo, apresentar o conjunto de dados resultantes das análises empíricas da pesquisa.

Assim, a análise dos dados propõe destacar de forma quantitativa, acerca do fenômeno pobreza e em consonância, os discursos apresentados pelos agentes entrevistados (as) compreendendo que os discursos no capítulo anterior apontados pelos agentes entrevistados (as) nesta pesquisa.

Ao longo da história, o conceito de *desenvolvimento* sofreu diferentes modificações a partir dos vieses ideológicos no qual foram apresentadas. Um fator comum a esses diferentes significados foram e continua sendo a da educação, no qual atribuem-se um papel fundamental no enfrentamento das desigualdades presente na sociedade a partir do quadro econômico.

É importante destacar que a vulnerabilidade constante é apresentada como uma definição de pobreza e que em muitos casos aparecem como sinônimo, no entanto, pode ser compreendida como uma conjuntura de consequências negativas de cunho social no qual os sujeitos estão suscetíveis ou predispostos (JANCZURA, 2012). Assim, Carneiro e Veiga (2004) destacam que a vulnerabilidade condiciona o sujeito as mazelas dos riscos, caracterizado pela exposição e as ameaças das baixas capacidades, sejam materiais, simbólicas e comportamentais para encarar os desafios

4.1. Do serviço de convivência ao particularismo do projeto

De acordo com PEAS (2014 - 2015), existiam no Brasil cerca de 13. 659 unidades de prestação de serviço de assistência social privada e sem fins lucrativos até os anos de 2015. Deste quantitativo, o maior tipo de serviço prestado é de Convivência e fortalecimento de vínculos com um quantitativo de 10. 297 unidades no país. Salientando que o projeto Mãos Amigas atua neste tipo de serviço. No Quadro 5, a seguir, é possível verificar o quantitativo de unidades que atuam nesse tipo de prestação da assistência social a destacar pelo tamanho da população de municípios respectivamente com até 5 mil habitantes, de 5 a 10 mil habitantes, de 10 a 20 mil habitantes, de 20 a 50 mil habitantes, de 50 a 100 mil habitantes, de 100 a 500 mil habitantes e mais de 500 mil habitantes.

De tal forma, evidencia-se várias formas de serviços prestado pelas unidades, tais como: convivência e fortalecimento de vínculos, proteção básica no domicílio para pessoas com deficiências e idosas, especializado em abordagem social, proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade, proteção especial para pessoas com deficiência, idosas e para suas famílias, especializados para pessoas em situação de rua, acolhimento institucional, proteção em situação

de calamidades públicas e de emergências, assessoramentos/ defesas de direitos e outros. Vale salientar que uma unidade pode prestar mais de um tipo de serviço socioassistencial

Quadro 5. Unidades de prestação de serviços de assistência social privadas sem fins lucrativos, por tipo de serviços socioassistenciais prestados, segundo as classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 2014-2015.

Brasil, Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Unidades de prestação de serviços de assistência social privadas sem fins lucrativos										
	Total	Tipo de serviço socioassistencial prestado									
		Convivência e fortalecimento de vínculos	Proteção básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos	Especializado em abordagem social	Proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade	Proteção especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	Especializado para pessoas em situação de rua	Acolhimento institucional	Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências	Assessoramento /defesa e garantia de direitos	Outro(s)
Brasil	13 659	10 297	1 968	941	902	2 872	559	2 808	675	2 935	2 828
Classes de tamanho da população dos municípios											
Até 5 000 hab.	411	308	92	19	19	109	13	49	16	64	83
De 5 001 a 10 000 hab.	728	568	172	60	66	265	23	143	37	138	110
De 10 001 a 20 000 hab.	1 448	1 080	301	118	135	500	49	336	82	302	276
De 20 001 a 50 000 hab.	2 298	1 697	381	154	196	582	68	568	125	460	474
De 50 001 a 100 000 hab.	1 629	1 211	263	140	99	382	85	367	104	340	365
De 100 001 a 500 000 hab.	3 273	2 466	412	191	164	587	139	708	165	732	722
Mais de 500 000 hab.	3 872	2 967	347	259	223	447	182	637	146	899	798

Fonte: PEAS (2015).

Nota-se que, como demonstra o Quadro 5, a variação no quantitativo dos tipos de serviços acontecem de acordo com o tamanho populacional dos municípios, em que a área com maior número de munícipes possui uma maior quantidade de unidade de prestação de serviço da assistência social privadas e sem fins lucrativos. Um outro fator de destaque são os serviços do tipo convivência e fortalecimento de vínculo, serviço este prestado pelo Projeto Mãos Amigas.

Na região nordeste do Brasil possuíam cerca de 1.668 unidades de prestação de serviço de assistência social privadas e sem fins lucrativos, sendo 121 unidades no estado do Maranhão. A oferta de serviço do tipo SCFV constitui o maior serviço prestado com 105 unidades no

estado do Maranhão segundo PNAS (2015). Salienta-se que todos os grupos do SCFV devem estar referenciados ao CRAS.

Nesse sentido, a articulação da rede de proteção básica referenciada ao CRAS constitui-se no estabelecimento de contato, alianças e fluxos de informações entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica no território. Podem estar associados e articulados da rede de proteção social básica referenciado ao CRAS: Centro de Juventude, entidades filantrópicas, centro de convivência de crianças e adolescentes, centro de geração de renda, Centro de Convivência de Idosos (CCI) e entidade comunitária. Assim, tanto os SCFV quanto os programas sociais localizados sobre a abrangência territorial do CRAS devem manter articulação com a PAIF.

De acordo com Resolução nº 109, de 11 de novembro 2009, acerca da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAIF consiste no trabalho continuado de proteção a família, de forma continuada, com objetivo de fortalecimento de ações protetivas das famílias, ou seja, prevenção das rupturas dos vínculos e a promoção do acesso ao direito.

O público-alvo dos serviços de proteção social básica são voltados para as famílias em situação de vulnerabilidade social resultante da pobreza, da precarização ou do não acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos sejam de pertencimento ou de sociabilidade, bem como qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social. Em consonância, “Um dos critérios que a gente utiliza para inserção das crianças e adolescentes no nosso espaço são crianças de baixa renda que se encontram em vulnerabilidade” (Projeto Mãos Amigas, 2022).

Os SCFV prestam serviço a sujeitos de acordo com faixa etárias, ou seja, de acordo com a faixa etária participam de atividades destinadas aos espaços. A faixa etária do público alvo que atua no projeto Mãos Amigas é de 06 aos 17 anos de idade. Reconhecidos como sujeitos de direito somente a partir da CF/88, sobre esses sujeitos atuam, condicionam, subalternam, direcionam uma série de fenômenos, sejam eles sociais, políticos, culturais e econômicos.

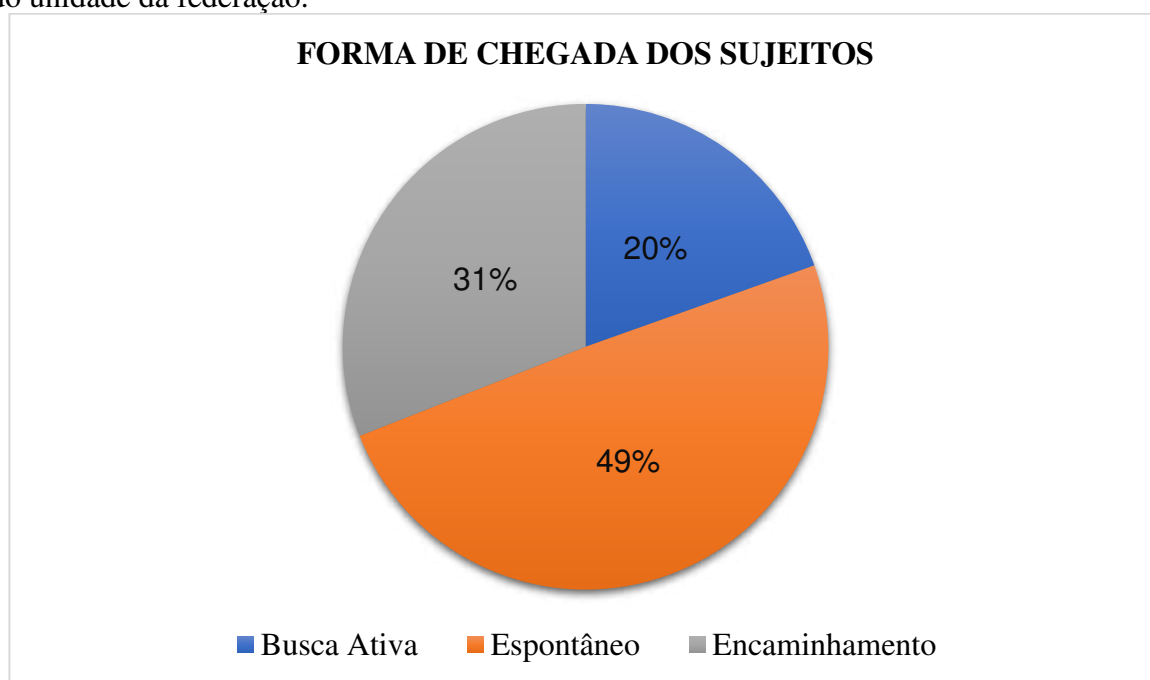
O Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador no Maranhão (2021), Eixo 4, ação 4 – destaca sobre a promoção e o fortalecimento da família objetivando a emancipação e inclusão social, objetivando a articulação das políticas de fortalecimento à família que incidam sobre a proteção de crianças e adolescente – estabelece que

Apoiar aos municípios na inserção de Crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil e suas famílias nos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios (PAIF Proteção e Atendimento Integral à Família, PAEF - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, SCFV-Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos, Transferência de Renda, outros) (MARANHÃO, 2021, p. 87).

O Projeto Mãos Amigas, como discorre no capítulo anterior, até a data desta pesquisa possuíam cerca de 87 sujeitos que participavam das atividades e compunham o público-alvo. Em uma perspectiva mais abrangente, podemos destacar que no estado do Maranhão, de acordo com a Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas e Sem Fins Lucrativos - PEAS (2015) apontou três formas de chegada dos sujeitos as unidades de prestação de serviço: i- busca ativa; ii- espontânea; iii- encaminhamento. Na Figura 1, a seguir, é demonstrado em termos percentuais os índices de maiores chegadas dos sujeitos nas unidades de prestação de serviços de assistência social.

Figura 1. Unidade de prestação de serviço de assistência social privada e sem fins lucrativos, com serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, por forma de chegada dos sujeitos, segundo unidade da federação.



Fonte: PEAS (2015).

De acordo com os dados fornecidos pelo PEAS (2015), a chegada dos sujeitos nas unidades de prestação de serviço no estado do Maranhão indicou que 49% aconteceram de forma espontânea, ou seja, os próprios sujeitos procuram os serviços. Foram 31% por encaminhamento da rede socioassistencial ou encaminhamento das demais políticas públicas e de órgãos do sistema de garantia de direitos. Assim, 20% das formas de inserção dos sujeitos foram por busca ativa.

Mesmo quando o projeto Mãos Amigas constituiu-se como filantropia até os anos de 2005, haviam muitas procuras espontânea para inserção das crianças e adolescentes no espaço “Ai depois quando as famílias ao redor queriam botar os filhos lá dentro” (Padre Jan, 2022).

As buscas ativas também se configuram como uma ferramenta fundamental de proteção básica, a qual disponibiliza informação do território para planejamento local resultando na identificação de vulnerabilidades e potencialidades. Também constitui como objetivo da busca ativa a coleta de dados da família, uma vez que o grupo não é inerte e está em constante mudanças – migração, separação, nascimento, falecimento – disponibilizando um mapeamento tanto para acessos futuros e asseguramento dos programas de transferência de renda, como a criação de programas a partir da necessidade territorial.

Ao realizar essa ação, é possível observar como um campo sensível, isso porque os atores que as executam identificam resistência ao dialogar com a família sobre alguma necessidade da criança ou adolescente que frequenta o projeto

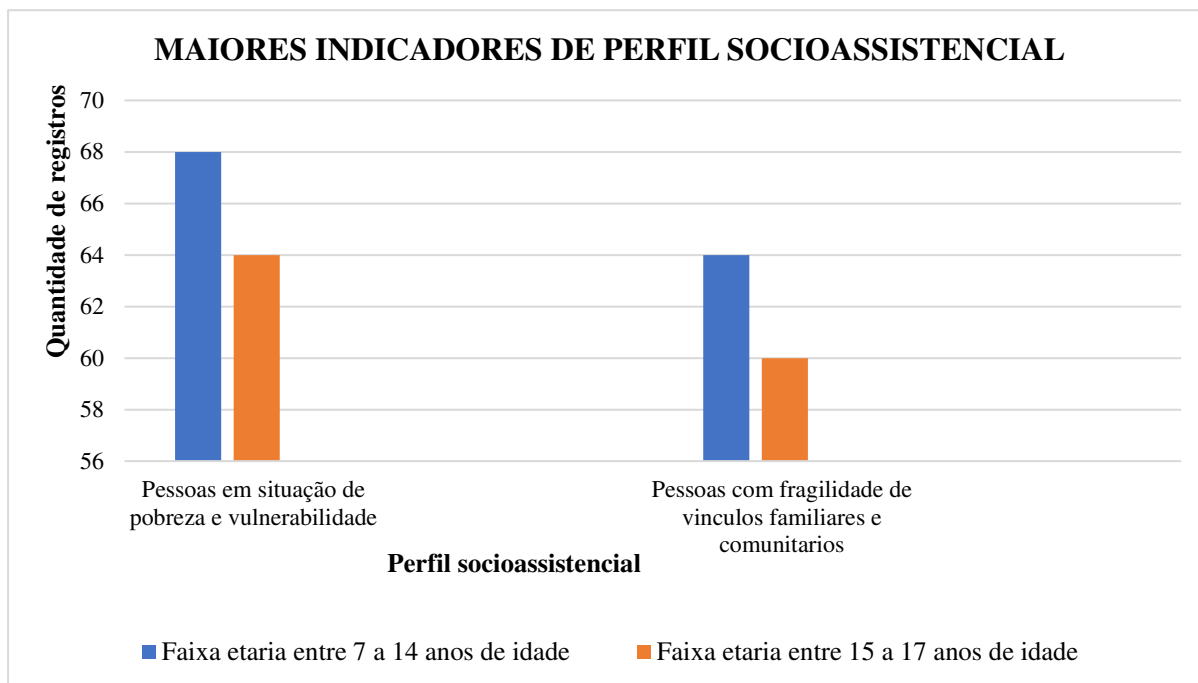
A gente conhece a realidade das crianças fora do projeto, uma vez e outra fazemos busca ativa e visitamos algumas famílias, não com certa frequência porque a gente sente dificuldade em relação a isso de encontrar um pai ou um responsável pra gente está conversando e orientando quando a gente identifica alguma problemática daquele adolescente ou criança dentro do projeto (Projeto Mãos Amigas A, 2022).

De tal modo, o funcionamento das unidades é dividido por faixa etária. Assim, com um total de 121 unidades de prestação de serviços de assistência social privadas sem fins lucrativos, 105 ofertam serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Desse quantitativo, 84 unidades atendem crianças e adolescentes entre 07 a 14 anos¹⁰ e 79 unidades que atendem crianças e adolescentes entre 15 a 17 anos de idade, segundo PEAS (2015).

Dessa forma, de acordo com o gráfico PEAS (2015) dos perfis socioassistencial das crianças e adolescentes nas unidades de prestação de serviço de assistência social sem fins lucrativos, com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, demonstraram uma quantidade maior nos casos de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade e pessoas com fragilidades de vínculos familiares e comunitários entre os sujeitos de 07 a 14 anos de idade e 15 a 17 anos de idade, demonstrado no gráfico abaixo.

¹⁰ O projeto mãos amigas atende crianças de 06 a 17 anos de idade, no entanto, nesta pesquisa optou-se trabalhar com a faixa etária de 7 a 14 anos pelos dados fornecidos a partir da PEAS serem agrupados em: 0 a 6 anos de idade, 7 a 14 anos de idade, 15 a 17 anos de idade, 18 a 59 anos e idosos com 60 anos ou mais.

Figura 1. Perfil socioassistencial de unidades de prestação de serviços de assistência social privadas e sem fins lucrativos, que atendem crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e 15 a 17 anos de idade.



Fonte: PEAS (2015).

De acordo com a Figura 2, dos perfis socioassistencial evidenciados, as crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos de idade são os mais afetados tanto no âmbito da situação de pobreza como fragilidades de vínculos, quando comparado ao público entre 15 a 17 anos de idade.

Em consonância aos dados da pesquisa de 2015, às realidades acerca da pobreza também foi uma realidade vivenciada pelo Projeto Mãos amigas em que todo o grupo familiar passava pela situação da extrema pobreza, como descreve Projeto Mãos Amigas A (2022) “E se for uma família que chega, não tenho nada para comer, como já aconteceu, a gente está precisando de uma cesta básica, porque tem mãe que se desespera.”

Ações como as relatadas anteriormente não fazem parte das atividades institucionais do projeto parte de uma ação humana partindo dos agentes do projeto, as burocracias regimentais desses espaços, por mais descentralizadas, estão amarradas a hierarquização que podem limitar as ações dos espaços.

Utilizando o conceito de *Universalização Antidiferencialista* de Boaventura (2010), o dispositivo ideológico capitalista de gestão, a qual resulta na perpetuação das desigualdades e exclusão social pode ser visto como mecanismos do Estado, capazes de tornar os programas

sociais e a promoção de combate às desigualdades, porém a transformando-a em níveis aceitáveis. Esse fator persiste por essas políticas não levarem em consideração as especificidades dos grupos, sejam culturais ou outros aspectos.

De tal forma, esses fatores podem passar despercebidos e em outros não:

Olha, quando se trata dessas questões é tão complicada, tem a LOAS que é a Lei Orgânica da Assistência Social e lá ela estabelece critérios de como deve funcionar, de como tem que ser o atendimento, como tem que ser a estrutura. Cara, tem hora que a gente se revolta (Projeto Mãos Amigas C, 2022).

As organizações, normatizações, diretrizes como forma de organização, carregam a ideia de um “bom funcionamento”. No entanto, é importante destacar as relações sociais entre como estes se organizam, veem a si mesmos e sobre outros, a qual conferem sentido às suas experiências, limitações e oportunidades. Desse modo

A gente já acha que tem aquele conhecimento, mas quando você vivencia aquele lado da pobreza extrema, a gente fica chocado e muda a cabeça da gente. Aqui a gente sempre procurou ta conversando, ta reunindo, costume dizer que somos uma equipe que procura ta vendo o lado de cada usuário aqui, a gente conhece as histórias deles aqui (Projeto Mãos Amigas, 2022).

Nesse viés, Boaventura (2010) ao enfatizar acerca da hegemonia do conhecimento dentro dos espaços – escolar, programas e outros – propõe a refletir em como a hierarquização de imposição do conhecimento configura como ferramenta capaz de transformar em um reducionismo os conhecimentos dos próprios sujeitos. Esse mecanismo pode impossibilitar o conhecimento do próprio sujeito e suas subjetividades, bem como assegurar uma estrutura pautada na exclusão e desigualdade social perpetuando que crianças e adolescentes permaneçam subalternizados.

No que tange aos sujeitos com fragilidades de vínculos familiares e comunitário, nas suas atividades enquanto filantropia o projeto atuava nessa perspectiva

Até que eu tinha falado com o diretor e professor da escola: “olha, nós queremos ajudar vocês também, mas queremos aquelas crianças que dão problemas, aqueles que são bonzinhos não é o lugar deles, mas aqueles que dão problemas na escola, que tem problemas familiares (Padre Jan, 2022).

No âmbito das políticas públicas, no Maranhão as unidades de prestação de serviço de assistência social privadas e sem fins lucrativos com SCFV que atendem crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos de idade em 2015, foram registradas 73 famílias. Já com a faixa etária entre 15 e 17 anos foram 71 famílias apontadas no Maranhão, de acordo com o PEAS (2015).

O fenômeno social da pobreza desencadeia uma série de privações, como o distanciamento dos direitos fundamentais dos sujeitos. Outra faceta resultante da pobreza, segundo o Plano Estadual de Prevenção e erradicação do trabalho infantil e Proteção ao Adolescente trabalhador, é de que tanto esse fenômeno somado a outros como a falta de perspectiva dada pelo meio escolar e outros precedentes, podem ser fatores que resultante no trabalho infantil e sua naturalização (MARANHÃO, 2021).

As pesquisas censitárias escancaram as mazelas da pobreza, mas as subjetividades dos casos descrevem a potencial consequência, nesse sentido, esse fenômeno converge com a realidade vivenciada com o projeto Mãos Amigas.

Essa questão econômica é uma questão mais séria que temos aqui (...) além disso, há uma pobreza terrível, passavam fome, o projeto aqui chegou já a fazer cestas básicas pra levar, sabe. Chegava lá e nem o arroz branco tinham para comer, essas 5 crianças que vinham para o projeto, fora que ainda tinham os outros lá. Então tem situação aqui que pelo amor de Deus, é muito triste (Projeto Mãos Amigas C, 2022).

As questões relacionadas aos fatores socioeconômicos são aspectos marcantes no projeto, uma vez que a vivência do fenômeno na pobreza atua não somente na vida das crianças e adolescentes que estão inseridas no projeto, mas do grupo familiar. Nesse sentido, tais questões estão presentes na história do projeto enquanto filantropia

Interessante porque depois surgiu uma turma de adolescentes, de jovens adolescentes que passavam nas casas ali, todo mundo conhecia o projeto, passavam nas casas pra receber arroz, feijão pra questão da partilha e além dá questão da comida, porque quem dava a comida era a paroquia, a paroquia tinha cozinheira e tudo mais, mas tudo voluntario da paroquia, tinha os monitores da prefeitura. E juntava a comida, arrecadava, muita das vezes sobrava, aí fazia uma cesta para algumas famílias que estavam mais precisando (Padre Jan, 2022).

Além das buscas ativas como dispositivo de conhecimento da realidade das crianças e adolescentes, as observações e conversas com esses sujeitos se constituem como ferramenta crucial na identificação das facetas da pobreza.

E a gente consegue observar de outra forma, por exemplo, quando chegam aqui: “hoje tem lanche? O que é o lanche?” a gente já percebe: “a não tia, tô com fome, não tomei nem café em casa hoje” falam, e tudo isso a gente vai observando (Projeto Mãos Amigas C, 2022).

A derivação da vulnerabilidade socioeconômica leva os sujeitos às variadas formas de exploração, dentre as quais destacamos o trabalho análogo à escravidão e o trabalho infantil, restringindo a liberdade de crianças e adolescentes, e perpetuando ao ciclo de pobreza e miséria

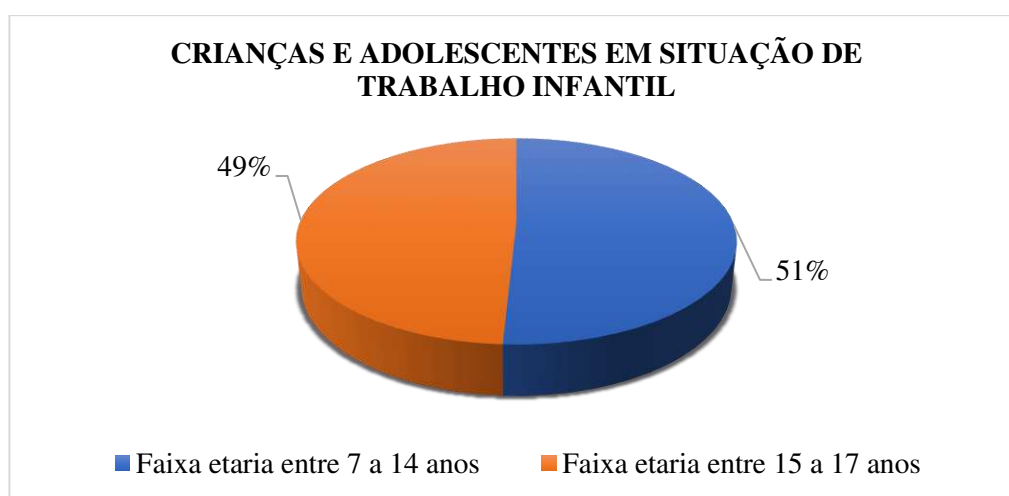
(MARANHÃO, 2019). O PAIF atua como ferramenta fundamental na prevenção do risco e reincidência da prática do trabalho infantil (VASCONCELOS, 2018).

No quisto trabalho infantil, os casos de trabalho infantil são tratados por outros órgãos como o CREAS, identificados pelo CRAS ou pelo projeto mãos amigas através da busca ativa. A inserção das crianças e adolescentes nas unidades de convivência e fortalecimento de vínculo, como do projeto Mãos Amigas também se constitui como prevenção ao trabalho infantil, inserindo-as nas atividades educacionais dentro do espaço.

Em consonância com essa realidade, o projeto enquanto filantropia objetiva também retirar as crianças da rua, a qual identificavam passar maior parte do tempo e que estava exposta aos riscos.

Nesse sentido, a figura 3 abaixo demonstra os casos em situação de notificados de trabalho infantil nas unidades de prestação de serviço de assistência social privadas e sem fins lucrativos, com SCFV no Maranhão.

Figura 3. Percentual de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, por faixa etária entre 7 A 14 anos e 15 a 17 anos no Maranhão 2014 – 2015.



Fonte: PEAS (2015).

De acordo com o gráfico, os maiores índices dos trabalhadores infantis estão na faixa etária entre 7 a 14 anos identificados pelas unidades. Já os da faixa etária entre 15 a 17 anos são 49% casos de trabalho infantil identificados no maranhão.

Sendo considerada uma face da pobreza, o trabalho infantil configura-se como uma forma de renda, sendo que a maior parte dos sujeitos são oriundos de famílias em situação de pobreza, a qual são inseridos informalmente em modo precário de trabalho para subsistência do grupo familiar.

O trabalho infantil pode ter impactos diretos na integridade física e/ou psicológica, formação educacional e outros. A Unicef (2009) apontou que o trabalho infantil é um dos principais responsáveis na evasão escolar, assim, esse fator “tende a refletir em um baixo acúmulo de capital humano e uma menor remuneração na fase adulta” (SILVA; NETO; CASSUCE, 2018, p. 466). Assim, é possível afirmar que a atuação do projeto também impacta diretamente no âmbito infantil, uma vez que as ações voltadas na prevenção, ou seja, atuam para que determinadas violações não sejam efetivadas.

Sob esse viés, a atuação do projeto Mãos amigas na vida de crianças e adolescentes, desde seu funcionamento enquanto filantropia, buscou situar-se nos problemas subjetivos dos sujeitos, mesmo que o sistema político esteja pautado nas hierarquias e com a promoção do combate à pobreza e desigualdades sociais pelo Estado.

A criação e manutenção dessas políticas são de grande impacto na vida dos sujeitos pobres, levando os vários questionamentos acerca do impacto destas sobre os sujeitos a qual são ofertados, resultando como ferramenta poderosa capaz de atuar nas crianças e adolescentes tanto como mecanismo de superação, como de subalternização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a atuação do Projeto Mãos Amigas no combate à pobreza das crianças e adolescentes em Caxias – MA. A partir dos diferentes olhares, percepções e discursos dos sujeitos que estão cotidianamente em contato com as crianças e os adolescentes que frequentam o projeto. Assim, também foi crucial a retomada histórica acerca do projeto a fim de responder questionamentos que surgiram ao longo da pesquisa.

A pesquisa foi analisada em três capítulos, seguidos de subtítulos pertinentes à temática em apreço. No primeiro capítulo, analisou-se acerca das políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes e da atuação no combate à pobreza. Contemplou-se aqui as considerações acerca da infância, pobreza infantil e políticas públicas no Brasil, o Estado na literatura sociológica, com discussões de Weber, Bourdieu e Foucault, bem como desigualdade social e a educação a partir das reflexões apresentadas por Boaventura de Sousa Santos.

No segundo capítulo, analisou-se acerca das políticas de regimento do projeto Mãos amigas, bem como sua historicidade enquanto filantropia perpassando enquanto política pública. Neste capítulo, privilegiou-se as análises de documentos, bem como dos discursos dos sujeitos que lá atuam até o período desta pesquisa.

Por fim, no terceiro capítulo, em consonância com os dados empíricos verificou-se os dados divulgados em 2015 pelo PEAS acerca das unidades de prestação de serviço da assistência social, sob tipificação: SCFV no Maranhão.

Como ressaltado ao longo deste trabalho, a socialização é um processo que acontece durante ao longo de toda vida, resultado da interação entre os sujeitos a partir da inserção em contextos diversos. No âmbito infanto-juvenil, as privações materiais, simbólica, cultural e relacional apresentam-se como desvantagem na integração social bem-sucedida. A vivência na realidade da pobreza tende a sustentar a insuficiência da aquisição tanto de valores agregados pela sociedade para com o sujeito quanto de competência exigida pelas instituições intermediárias. Esse fator leva os sujeitos ao nível de marginalização social, tanto como modelo cultural vigente, como a carência, limitações e interrupções no acesso a recursos de necessidades básicas resultando nas violações de direitos, como impedimento do exercício de cidadania e da exclusão de crianças e adolescentes.

A partir dos apontamentos levantados por este estudo, historicamente as percepções acerca da infância, principalmente dos mais pobres, acreditavam ser mais propensos ao mundo do crime que resultou na constante violação dos direitos. Com a CF/88, o Estado reconheceu a criança e adolescente como sujeito de direito e, com a participação de movimentos sociais, em

1990 houve a promulgação do ECA, com a finalidade de proteção integral reconhecendo tanto o dever do Estado, da família e da sociedade assegurar os direitos das crianças e os adolescentes. Embora o ECA tenha sido um marco na história brasileira, é necessário salientar que apesar de proclamados, muitos direitos não são salvaguardados e tal fator é notório a partir das vivências dos sujeitos entrevistados. O fato de crianças e adolescentes ao trabalho infantil, expostas a diversas formas de violência, a falta de alimentação, saneamento básico, sem frequentar a escola, demonstram as facetas da desigualdade de um país desigual e na abstração teórica para esses sujeitos quando nos referimos ao Estado democrático de direito.

Nesse processo, buscou-se demonstrar as principais concepções dos sujeitos que atuam diretamente com as crianças e adolescentes e de como o processo educacional dentro do espaço impacta na vida das crianças e adolescentes a partir das atividades desenvolvidas. Destarte, evidenciou-se que a atuação do projeto está pautada na identificação das vulnerabilidades e fragilidades vividas, ou seja, na prevenção das violações antes que venham ser efetuadas. Essa ação propõe a refletir a partir do que discute Bourdieu (1989) acerca do capital cultural, assim, pensar na vivência, nas relações de comunicações dos/entre os sujeitos, os diferentes espaços, lazer e atividades pode gerar sobre estes a consciência da violência simbólica sofrida, proporcionando o “poder simbólico de subversão”.

Apesar da transição em 2005 para uma política pública, o projeto permaneceu a atender crianças e adolescentes e ao adentrar, a partir da memória, na historicidade do *lócus* da pesquisa é possível destacar que, apesar de não ser o objetivo intencionalmente principal enquanto administrado pelo Padre Jan e os párocos, o projeto Mãos amigas atingiu diretamente a vida de crianças, adolescentes e de famílias que tinham sua liberdade violada, como por exemplo de famílias que passavam necessidades alimentares, assim com essa privação o projeto atuava com doação de algumas cestas básicas.

Embora a particularidade do tempo e espaço deste trabalho com o projeto Mãos Amigas, as pesquisas do PEAS (2015) relacionada às unidades de prestação de serviço de assistência social, sob tipificação: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, identificou que os problemas relacionados à pobreza e vulnerabilidade de crianças e adolescentes estão presentes em todo território maranhense. Apesar de todo o grupo analisado serem identificados em situação de pobreza e vulnerabilidade, evidenciou-se que os grupos entre mais afetados estão entre 07 a 14 anos.

Os dados analisados pelo PEAS (2015) evidenciaram que o maior tipo de serviço prestado pelas unidades de serviço da assistência social foi do tipo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. De tal modo, a chegada desses sujeitos aos serviços em termos

percentuais, evidencia as necessidades e a busca por melhoria, uma vez que partem dos sujeitos a procura pelos serviços em sua maioria.

O trabalho infantil, aparece como ponto marcante, uma vez que crianças e adolescentes são submetidos e expostos a perigos físicos, psicológicos e moral. Assim, por mais que os dados mostraram o quantitativo das unidades de assistência social com diferentes tipos de serviços, a pesquisa evidenciou crianças e adolescentes de 07 a 17 anos de idade sob tais exposição. Deste modo, o projeto Mãos amigas também atua como forma de prevenção contra a exposição dos riscos e identificação das vulnerabilidades social tanto com as buscas ativas, como na inserção e desenvolvimento das atividades no espaço

Sendo assim, mesmo com as várias instituições voltadas para crianças e adolescentes, as percepções acerca desses sujeitos, bem como as percepções e olhares nas formas de atuar com o público são apresentadas de diferentes maneiras e que impactam na vida destes que estão inseridas no espaço.

De tal modo, conclui que o projeto, hoje uma política pública, vem atuando nesse combate, que um dos instrumentos para essa ação se dá através da educação a partir das atividades desenvolvidas no projeto Mãos Amigas em Caxias – MA. Havendo como público alvo crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade, de baixa renda e/ou que apresentam vulnerabilidades.

A identificação de tais vulnerabilidades, promove o projeto como ferramenta importante, atuando no encaminhando dos sujeitos e disponibilizando serviços e acessos básicos, como assistência social, psicológica e/ou médica está superando tais privações. Identificar esse fator, está deste as buscas ativas a qual o projeto passa a ter noção da realidade dos sujeitos e dos grupos familiares, como nos diálogos e as atividades educacionais dentro do espaço.

Podemos então destacar que as atividades, tais como: reforço escolar, capoeira, aulas de danças, atividades esportivas e orientações sociais atua como um mecanismo capaz de atuar como ferramenta para o conhecimento próprio e suas subjetividades, proporcionando acesso e agregando ao capital cultural, uma vez que esses crianças e adolescentes são postos em um mesmo sistema competitivo tanto com os que possuem acesso como os de acesso desigual. Assim, as atividades educacionais desenvolvidas no projeto, sejam internas ou externas ao espaço, possibilitam que os sujeitos expandam suas capacidades, rompendo as barreiras limitadora dos olhares provocados pela pobreza e que possam superá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última década**, v. 10, n. 16, p. 117-152, 2002.

ARAÚJO, Jair Andrade de; MORAIS; Gabriel Alves de Sampaio; CRUZ, Mércia Santos. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, p. 85-120, 2013.

ARAÚJO, Marcos Filipe Nogueira de. O Federalismo brasileiro e a posição do município no estado federal a partir de 1988. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais – Direito, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande – Sousa- Paraíba - Brasil, p.78, 2015

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social1. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 67-93, 2006.

BEZERRA, Marcos Otavio. BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. **Revista de História (São Paulo)**, São Paulo, n. 173: 487-495, 2015.

BOURDIEU, Pierre et al. **A Miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel. 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSWON, Jean. Claude. **A Reprodução**. 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre el estado**. Barcelona: Anagrama, 2014.

BRASIL. Lei Orgânica nº 12. 435, de 6 de julho de 2011. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e altera a Lei nº 8. 742, de 7 de setembro de 1993**. Brasília, DF, 2011. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em 28 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2015. Acesso em: 11 out. 2022. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Orientações Técnicas Sobre o PAIF. **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 1. Ed. Brasília, DF. 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: 2005. Acesso em: 10 out. 2022. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Resolução nº 08, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 p, 2013. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2015/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-08-2013-CNAS-18-04-20131.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. **Educação em Revista**, v. 32, p. 15-34, 2016.

CARDOSO Jr, José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 181-260, 2005.

CARVALHO, Maria João Leote de. Trajectos de vida, o outro lado da cidade: pobreza infantil, território e desvio. **A pobreza infantil. Realidades, desafios, propostas**. (Org.) Manuel Jacinto Sarmento e Fatima Veiga. Edições Húmus, p. 117- 140, 2010.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de pesquisa**, p. 143-176, 2002.

CEPAL, N. U. et al. **Pobreza infantil en América Latina y el Caribe**. CEPAL, 2010. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/14211/S2010900_es.pdf Acesso em: 18 set. 2022.

CICCO, Cláudio de; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. Teoria geral do Estado e ciência política. **Revista dos Tribunais**, São Paulo 7. Ed, 2016.

CODES, Ana Luiza Machado. **Modelagem de Equações Estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza**. 287 f. 2008 (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil, 2008.

DE ALMEIDA VIEIRA, Cristiële et al. Pobreza multidimensional: Um estudo de caso das privações básicas na região nordeste de Santa Maria/RS. **Economia e Desenvolvimento**, v. 30, p. e3-e3, 2018.

DANNER, F. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos UFSJ**, [S. l.], n. 4, 2017.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade**. Autores Associados, 1996.

DESLANDES, S. F. A Construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 80p. p.31-50, 1994.

DINIZ, Marcelo Bentes; ARRAEZ, Ronaldo A. A Trajetória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil. Brasília: **XV Congresso Brasileiro de Economistas**, 2003.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. [S. l], **IPEA**. P. 171 – 177, 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO1_Vicente11.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

FAVACHO, André Márcio Picanço; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Pobreza e educação: diálogos entre o passado e o presente, entre conformações e resistências docentes. **Educação E Filosofia**, v. 34, n. 72, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 13. Ed. Rio de Janeiro; RJ: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREZZA, Marcia; MARASCHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, p. 313-323, 2009.

FURTADO, Clayton Sirilo do Vale. Análise sociológica da pobreza brasileira: classe e raça. **CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. l.], n. 3, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17052>. Acesso em: 28 dez. 2022.

GARCIA, Adir Valdemar. A pobreza do homem. Florianópolis, 2005. 364 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Crianças e Adolescentes em Processo de Exclusão Social. **Estudos**, Goiânia. V. 34, n. 1/2, p. 119-133, jan/fev 2007.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. **LeBooks editora**, 2019.

HOFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada**: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1 de julho de 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/caxias/panorama>. acesso em: 29 set. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As Entidades de assistência social privada sem fins lucrativos no Brasil: 2014-2015: unidades de prestação de serviços socioassistenciais**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. 2015. 60 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94686.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução a Filosofia de Marx. **Expressão Popular**, 2. Ed. São Paulo, 2011.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular. **Plano Estadual de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador no Maranhão, 2021**. São Luís: SEDHPP; FUNAC, 2021. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPIJ/docs/PEPETIPAT_FINAL_2021_2.pdf. Acesso em: 28 dez. 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Fazenda. Lei Nº 11.522, de 11 de agosto de 2021. que institui o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza, cria o Comitê de Políticas de Inclusão Social, e dá outras providências e altera a Lei nº 8.205, de 22 de dezembro de 2004. **Maranhão**, São Luís, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://sistemas1.sefaz.ma.gov.br/portalsefaz/jsp/pagina/pagina.jsf?codigo=6546>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MARCHI, Rita de Cássia; SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 951-964, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. S113-S120, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, " questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 270-287., 2012.

NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. Um estudo sobre o Estado: apontamentos a partir de Bourdieu e Weber. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 29, n. 1, p. 43-55, 2019.

OLIVEIRA, Patrícia Carvalho de et al. “Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. **Interface – Comunicação Saúde, Educação**. v. 24, 2020.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita. Metodologia Qualitativa e Quantitativa: perspectivas convergentes na pesquisa empírica. in: Luciana Pavowisk Franco Silvestre (org.) Ciências Sociais Aplicada: Desafios metodológicos e resultados empíricos. 1. ed. **Atena editora**, v. p. 1-11, 2021.

PAREMBERGER, Cristian. O Estado no pensamento de Max Weber: além da dominação e da racionalização. In: JORNADA DE PESQUISA, 23. 2018. Ijuí. **Anais Eletrônicos** [...] Ijuí: 24 out. 2018. “n.p.” Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/10328-Texto%20do%20artigo-40875-1-10-20181024%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/10328-Texto%20do%20artigo-40875-1-10-20181024%20(5).pdf). Acesso em: 28 dez. 2022.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL’AGLIO, Debora Dalbosco. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 29, n. 29, 2017.

PEZ, Tiaraju Dal Pozzo. Pequena análise sobre o sujeito em Foucault: a construção de uma ética possível. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 7., 2008, Londrina. Anais [...]. Londrina: **Eduel**, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/TiarajuDPPEz.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

PIMENTEL, Edlene. Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo. 2. Ed.: **Instituto Luckács**, 2012.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; MESQUITA, Shirley Pereira de. Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. **Economia Aplicada**, v. 17, p. 193-225, 2013.

ROCHA, Sonia et al. Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI? **Economia**, v. 2, n. 1, p. 73-106, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Nova Fronteira, 2011.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. **Educar em Revista**. V. 15, 1999.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**, v. 2, p. 731-752, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: janeiro, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*, p. 23-72. Coimbra: **Edições Almedina**, 2009.

SANTOS, Daniela T.; DURÃES, Sarah Jane. Trabalho Infantil: uma face da pobreza. **LEOPOLDIANUM**, v. 41, n. 113-5, p. 183-196, 2015.

SANTOS, Elenice Roginski. Responsabilidade social ou filantropia. **Revista FAE Business, Curitiba**, n. 9, p. 18-27, 2004.

SERAINÉ, Ana Beatriz Martins dos Santos; ARAÚJO, Etasmda Maria Dias. A atuação do conselho tutelar na política de proteção à criança e ao adolescente de Parnaíba-Piauí. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 60338-60358, 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto. POBREZA INFANTIL: Factos, Interpretações e Desafios Políticos. (Org.) Manuel Jacinto Sarmento e Fátima Veiga. **Edições Húmus**, p. 117- 140, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr. 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto; TREVISAN, Gabriela. A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. **Educar em revista**, p. 17-34, 2017.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. [s.l.] São Paulo: **Companhia das Letras**, 2000.

SILVA, Andreia Rafaela Bessa. **A socialização na pobreza: das privações aos desafios: a intervenção precoce como caminho para a inclusão social**. Dissertação (Mestrado). Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Portugal, p.163, 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação? **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005.

SILVA, Maria Ozanira et al. A pobreza no Brasil e na Argentina: dimensão e políticas de enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 2, p. 171-194, 2007.

SILVA, Raniella Orquiza; NETO, Waldemiro Peterle; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha Trabalho infantil e pobreza: uma análise no contexto de recessão econômica brasileira. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 40, 2018.

SMALL, Mario Luís; HARDING, David J.; LAMONT, Michele. Reavaliando cultura e pobreza. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, p. 91-118, 2011.

SOUSA, Maria Pastor Santos Sousa de. *et al.* A pobreza no Maranhão: determinantes ideopolíticos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5. 2011. São Luís. **Anais Eletrônicos** [...] São Luís: [s./d.] 2011. P. 1 - 46. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MES

AS TEMATICAS/A QUESTAO DA POBREZA NO MARANHÃO DETERMINANTE S. E. NEW.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos. **Pólis: Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais**, n. 30, p. 1-23, 1998.

UNICEF, **Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação Mundial da Infância: Celebrando 20 anos da Convenção dos Direitos da Criança**. Nova York, EUA: Unicef, 2009. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef_sowc/sit_mund_inf_2010_ed_especial.pdf. Acesso em: 28 dez. 2022.

UNICEF. **Pobreza infantil monetária no Brasil: Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes**. [s.l.] UNICEF, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/17881/file/pobreza-infantil-monetaria-no-brasil.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

VASCONCELOS, Welen Batalha Pereira. **Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI: As Ações Estratégicas Municipais no Enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil em Manaus**. 287 f. 2018 (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil, 2018.

WEBER, Max. Max Weber - **Ensaio de sociologia**. ORG. GERTH, Hans Heinrich & C. Wright Mills. Livros Técnicos e Científicos Editora AS. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Ed 3. Brasília: UnB, 1994.

WEFFORT, F. C. Educação e Política: Reflexões sociológica sobre uma pedagogia e liberdade. In: FREIRE, Paulo (Org.). Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: **PAZ E TERRA**, p.19-20, 1967.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 15-29, 2006.